

RELATÓRIO INSTITUCIONAL DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ 2020



Apresentação



3ª edição do
Relatório GRI



Relato com
publicação
anual



Temas
materiais
estruturam o
documento

Sobre este relatório

Esta é a terceira edição do Relatório Institucional da Agência das Bacias PCJ, elaborado com base nas Normas GRI Standards, da Global Reporting Initiative, adotadas por empresas e entidades em todo o mundo como metodologia para relatórios de sustentabilidade. Com ciclo de publicação anual, este relato apresenta informações sobre a instituição, tendo 2020 como ano base.

O relatório está estruturado em capítulos, que abordam temas materiais definidos em um processo de materialidade (veja em Materialidade), apresentando

os aspectos mais relevantes para direcionar a gestão e a comunicação da Agência das Bacias PCJ, considerando o contexto e os impactos de cada tema.

Indicadores GRI correspondentes aos conteúdos estão apontados em todo o documento, bem como referências a outras agendas públicas às quais a Agência das Bacias PCJ aderiu, como os princípios do Pacto Global, envolvendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Saiba mais em Compromisso com iniciativas públicas.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização multistakeholder, que orienta empresas e instituições sobre gestão e relato de práticas sustentáveis. Os indicadores GRI seguem diretrizes e estão estruturados em normas econômicas, ambientais e sociais, denominadas GRI Standards, que permitem mensurar o desempenho sustentável de empresas, entidades e empreendimentos em todas as dimensões.

Materialidade

Os temas considerados relevantes para a Agência das Bacias PCJ foram elencados a partir de um estudo, feito em 2018, seguindo o Princípio da Materialidade da GRI. Em 2020, uma análise que levou em conta os cenários interno e externo, não apontou a necessidade de atualização dos temas, que estão mantidos neste relato e orientam a distribuição do conteúdo.

Para cada tema material, foram selecionados e validados os itens de divulgação GRI (indicadores), que compõem o Sumário GRI (exemplo: 102-10). Na revisão realizada em 2020, optou-se por reportar novos indicadores, levando em consideração a evolução da gestão da Agência das Bacias PCJ para os respectivos temas. São eles: GRI 308-1: Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais; GRI 414-1-Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais; e GRI 304-3-Habitats protegidos ou restaurados. (GRI 102-47, 102-48, 102-49)

O Princípio da Materialidade identifica tópicos relevantes com base em duas dimensões: importância dos impactos econômicos, ambientais e sociais da organização; sua influência significativa sobre as avaliações e decisões dos stakeholders.

PROCESSO DE MATERIALIDADE

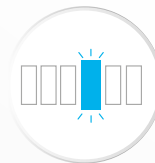
ETAPA 1



IDENTIFICAÇÃO

Análise de fontes secundárias (documentos internos, diretrizes estratégicas, estudos, outros relatórios publicados, avaliações setoriais, entre outras) e entrevistas com os diretores da Agência das Bacias PCJ para levantamento da lista de temas considerados mais relevantes para a instituição.

ETAPA 2



PRIORIZAÇÃO

Priorização dos temas mapeados pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional, a partir da análise de cada tema e seus impactos.

ETAPA 3



VALIDAÇÃO

Aprovação da lista de temas materiais pela Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional e Diretoria da Agência das Bacias PCJ, culminando em 12 temas materiais.

ETAPA 4



REVISÃO

Nova análise de fontes secundárias considerando os contextos de cenário interno e externo no ano de 2020, resultando na manutenção dos temas materiais e na inclusão de novos indicadores GRI.

Temas materiais



DESEMPENHO
ECONÔMICO



IMPACTOS
ECONÔMICOS
INDIRETOS



PRÁTICAS DE
COMPRAS



ANTICORRUPÇÃO



MATERIAIS



ÁGUA



EFLUENTES E
RESÍDUOS



BIODIVERSIDADE



EMPREGO



TREINAMENTO
E EDUCAÇÃO



COMUNIDADES
LOCAIS



POLÍTICAS
PÚBLICAS

Informações institucionais

FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ – AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ*

Diretor-presidente: Sergio Razera

Diretor Administrativo e Financeiro: Ivens de Oliveira

Diretora Técnica: Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi

Assessor de Comunicação: Everton Campos Quiararia

Coordenador Administrativo: Eduardo Massuh Cury

Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos: Vanessa Cristina Bortolazzo Longato

Coordenador Financeiro: Tony Douglas Segatto

Coordenadora de Gestão: Kátia Rossi Gotardi Piccin

Coordenadora de Projetos: Elaine Franco de Campos

Coordenador de Sistema de Informações: Eduardo Cuoco Léo

Analista Administrativa: Laís Maria Spinelli

Analista de Informática: Alexandre Henrique Bicudo da Silva

Analista Técnico: Leonardo Lucas Baumgratz

Auxiliar Administrativa: Juliana Prado Guilmo

Auxiliar Técnico: Fabio de Faria Coca

Colaboradores terceirizados: Aline de Fátima Rocha

Meneses Moura, Aline Doria de Santi, Ana Paula de Oliveira Fischer, Bruna Caroline Juliani, Bruna Eveline Domingos Petrini, Bruno Font Aranda, Carla de Campos Cecatti, Carolina da Costa Trindade, Carolina Prado, Charles Diego da Costa, Danilo Carlos Ferreira Costa, Diogo Bernardo Pedrozo, Douglas Brunelli, Felipe Loschiavo Requena, Ivan Gerdzijauskas, Julia Nogueira Gomes, Juliana Franco Ustulin, Juliano Boscariol, Kaique Duarte Barretto, Karla Romão, Laura Silvestrini Canola, Lívia Maria Ongaro Modolo, Lucas Barbosa, Luiz Paulo Baptista Colassio, Marcos Eduardo Cazzonato, Maria Carolina Moraes Coelho Moura, Mariane Rodrigues Amuy, Marina Peres Barbosa, Mateus de Oliveira Ismael, Mateus Maroun, Mayara Sakamoto Lopes, Rebeca Cristine Ferreira da Silva, Rodolfo Bassani, Sheron Agnez da Silva, Silvio Thomas Júnior, Tatianna Cury Abe, Thamiris Caroline Rodrigues Cardoso, Thiago Valentim Georgette.

Estagiários: Allan Patrick Campos do Carmo, Beatriz Jardim de Almeida, Gabriel Arantes Ferreira Gualda, Gabriel Sobreira Gomes da Silva e Pablo Cordeiro Vacari

*Data base: 2021

CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO (GESTÃO 2019-2021)

CONSELHO FISCAL

Presidente

Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, Secretaria de Estado da Saúde

Denis Herisson da Silva, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento

Rogério Menezes, Prefeitura de Campinas

Laura Petri Geraldino, Prefeitura de Amparo

André Elia Neto, União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

João Primo Baraldi, Sindicato Rural de Rio Claro

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Paulo Roberto S. Tinel, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento

Vice-Presidente

Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi, Rotary International – D4590

Luiz Henrique Martins Moreira, Secretaria da Fazenda e Planejamento

Ademir Cleto de Oliveira, Secretaria de Desenvolvimento Regional

Laura Stela Naliato Perez, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Raphael Rodrigues Ferreira, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Luiz Roberto Moretti (*in memoriam*), Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

Hélio Rubens G. Figueiredo, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

José Roberto Fumach, Prefeitura de Itatiba

Ariella Machado de Oliveira Montebello, Prefeitura de Saltinho

Paulo Trigo Ferreira, Prefeitura de Limeira

Petrus Bartholomeus Weel, Prefeitura de Holambra

Thiago Silvério da Silva, Prefeitura de São Pedro

José Rubens Françoso, Prefeitura de Piracicaba

Francisco Carlos Castro Lahóz, Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ)

Miguel Madalena Milinski, Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade

Jonas Vitti, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Luiz Fernando Amaral Binda, Sindicato Rural de Campinas

Nota: Processo Eleitoral dos novos membros para a Gestão 2019-2021 foi realizado após a alteração do Estatuto do CBH-PCJ (Deliberação dos Comitês PCJ nº 316/2019, 25/04/2019) e seus membros empossados através das Deliberações dos Comitês PCJ nº 318/19, nº 319/19 e nº 320/19, de 28/06/2019.

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ – COMITÊS PCJ (GESTÃO 2019 – 2021)

Presidente CBH-PCJ e Presidente PCJ FEDERAL

Barjas Negri (afastado a pedido em abril/20), Prefeitura de Piracicaba/SP

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente PCJ FEDERAL

José Maria do Couto (afastado a pedido em abril/20), Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva (SINMEC)

Damião Aparecido do Couto (presidente em exercício do CBH-PJ1 de abril a setembro/20; e presidente em exercício do PCJ FEDERAL de agosto a setembro/20), Prefeitura Municipal de Toledo/MG

Sidney José da Rosa (outubro/20 até atualmente; e presidente em exercício do PCJ FEDERAL de outubro até atualmente), Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS)

Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

Marco Antônio dos Santos (presidente em exercício do CBH-PCJ de abril até atualmente; e presidente em exercício do PCJ FEDERAL de abril a agosto/20), Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)

Vice-presidente CBH-PJ1

Damião Aparecido do Couto (até setembro/20), Prefeitura Municipal de Toledo/MG

Laene Fonseca Vilas Boas (outubro/20 até atualmente), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

AGUARDANDO INDICAÇÃO

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretário-Executivo CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

Luiz Roberto Moretti (*in memoriam*), Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Secretário-Executivo Adjunto CBH-PCJ

André Luiz Sanchez Navarro, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)

Secretário-Executivo CBH-PJ1

Sidney José da Rosa (até setembro/20), Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS)

Damião Aparecido do Couto (outubro/20 até atualmente), Prefeitura Municipal de Toledo/MG

Secretária-Executiva Adjunta CBH-PJ1

Laene Fonseca Vilas Boas (até setembro/20), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

Jefferson Benedito Rennó (outubro/20 até atualmente), Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim/MG

EXPEDIENTE

Contrato Fundação Agência das Bacias PCJ nº 024/2020

Comissão de Acompanhamento do Relatório Institucional:

Aline de Fátima Rocha Meneses Moura, Carla de Campos Cecatti, Eduardo Cuoco Léo, Ivens de Oliveira, Kaique Duarte Barretto, Kátia Rossi Gotardi Piccin, Marina Peres Barbosa e Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi.

Consultoria, redação, edição e projeto gráfico: BH Press Comunicação • Renata Taffarello, redação • Lilian Ribas, consultoria GRI e edição • Bruno Andrade, projeto gráfico e diagramação

Imagens: Acervo Agência das Bacias PCJ, Divulgação

FICHA CATALOGRÁFICA

**Catálogo na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
Relatório institucional da Agência das Bacias PCJ - 2020 / Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. - - Piracicaba, 2020.
v.3

1. Bacias hidrográficas 2. Recursos hídricos 3. Rio Capivari 4. Rio Jundiá 5. Rio Piracicaba
I. Título

CDD 551.483
F981r

Elaborada por Maria Angela de Toledo Leme - CRB-8/3359

NOSSAS MENSAGENS

Mensagem da Presidência

O ano de 2020 desafiou a todos de muitas maneiras. A pandemia da Covid-19, sem dúvida, foi o maior dos desafios, impondo mudanças na forma de trabalhar e nas ações programadas. Ao lado de uma nova configuração de trabalho e de vida, chegamos, em 2020, ao último ano da Delegação de funções da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das Bacias PCJ) junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), e do respectivo Contrato de Gestão com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), trazendo a expectativa de uma nova delegação e um novo contrato, novas metas e novos indicadores.

Felizmente, a Agência das Bacias PCJ obteve a renovação e continuará a dar suporte técnico, administrativo e financeiro aos Comitês PCJ até 2035. Esse feito nos enche de orgulho, especialmente por saber que, em todas as instâncias em que o tema foi discutido (Câmaras Técnicas e Plenários dos Comitês PCJ e do CNRH), o trabalho da Agência das Bacias PCJ foi reconhecido, reforçando a eficiência da gestão dos recursos arrecadados e desembolsados.

Chancelando esse posicionamento, o PCJ foi considerado o comitê interestadual com a maturidade mais avançada, em pesquisa realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) junto a nove comitês de bacias hidrográficas. É reconfortante saber que nosso time está desenvolvendo um ótimo trabalho e que, nos próximos 15 anos, continuaremos a atuar com foco na busca das metas e resultados, com vistas à gestão de qualidade dos recursos hídricos das Bacias PCJ.

Infelizmente, temas que já nos desafiavam antes mesmo da pandemia tiveram nossas expectativas frustra-

das, como a revisão dos valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a hipótese de financiamentos com retorno. A prorrogação dos prazos de pagamento pelo usuário nos sistemas nacionais e estaduais de cobrança, como medida de enfrentamento da pandemia, foi outro desafio de gestão neste ano tão atípico.

Considerando ainda os depósitos em juízo feitos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), após questionamento da metodologia de cálculo feita pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), posso dizer que nossos resultados foram impactados em 2020, o que nos levou a fazer projeções de desembolso mais conservadoras para os próximos anos.

O Plano das Bacias PCJ e o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) sofreram alterações de metodologia, exigindo esforços extras de nossa equipe. Nesse cenário, o home office e o formato de reuniões em videoconferência, modalidades adotadas em função do distanciamento social, foram facilitadores para os vários debates que envolveram a Agência das Bacias PCJ, a ANA e outras entidades, de forma rápida, segura e interativa.

Os avanços alcançados em digitalização, decorrentes do Projeto ED Digital, foram fundamentais para a adoção do home office na Agência das Bacias PCJ. E, mesmo a distância e de forma digital, conseguimos evoluir em muitas das ações do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que representa a internalização da sustentabilidade em nossa atuação. Ampliamos a cultura do uso consciente de recursos em nosso cotidiano – agora muito mais dentro de casa, que se transformou em nosso es-

critério -, reforçamos o incentivo a hábitos saudáveis para a melhoria de qualidade de vida e continuamos com as capacitações online. Ainda temos o desafio de aprimorar o processo de compras sustentáveis, mas acreditamos que estamos no caminho certo.

De olho no futuro, temos importantes tarefas para superar as dificuldades que vêm impactando nossa atuação. Em curto prazo, vamos focar no debate com nosso principal usuário, a Sabesp, para encontrarmos

a melhor solução para o entrave dos pagamentos. Em médio prazo, acredito que poderemos retomar todas as expectativas que havíamos depositado em 2020 e que não foram concretizadas. Temos instrumentos sólidos de gestão para isso e, o mais importante, um time engajado e comprometido. Tenho certeza de que com a expertise e a colaboração de todos os integrantes das Bacias PCJ, conseguiremos voltar ao ritmo da nossa caminhada. (GRI 102-14)

“

Felizmente, a Agência das Bacias PCJ obteve a renovação e continuará a dar suporte técnico, administrativo e financeiro aos Comitês PCJ até 2035.”

SERGIO RAZERA Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ



Mensagens dos Comitês PCJ

A sustentabilidade passa, cada vez mais, a integrar a gestão e a governança da Agência das Bacias PCJ, sendo notável a eficiência nos resultados, nos desafios e na forma como a instituição gerencia os temas considerados prioritários nas esferas ambiental, social e econômica. Percebemos que o amadurecimento das ações beneficia o processo da sustentabilidade no dia a dia da instituição, bem como em ações executadas nas Bacias PCJ.

Há algum tempo o termo “sustentabilidade” já não é mais atrelado somente aos ambientalistas, ganhando importância no dia a dia nas áreas econômicas, de ciência e desenvolvimento, sendo associado à responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, as Bacias PCJ têm a oportunidade

de inovar, de adotar políticas para a preservação da biodiversidade e destinar investimentos para ampliação e melhorias da rede de saneamento básico, gerando valor para o território das Bacias PCJ.

O trabalho da Fundação Agência das Bacias PCJ é um desafio cotidiano, fornecendo suporte técnico e administrativo e promovendo a gestão financeira dos recursos das Cobranças PCJ. É sempre um grande aprendizado que exige cada vez mais dinamismo e reciclagem de conhecimento. Assim, sempre em sintonia com as demandas dos Comitê PCJ, a renovação do contrato de gestão mostra a excelência dos trabalhos que essa instituição desenvolve nas Bacias PCJ. (GRI 102-14)

“

Percebemos que o amadurecimento das ações beneficia o processo da sustentabilidade no dia a dia da instituição.”

Sidney José da Rosa Presidente do CBH PJ1 e presidente em exercício do PCJ FEDERAL



Considerando que a sustentabilidade está amparada em três pilares – econômico, social e ambiental -, quando mantemos essa harmonia, temos condições de garantir a integridade do planeta, da natureza e da sociedade no decorrer das gerações.

A atuação da Agência das Bacias PCJ está baseada justamente nestes três pilares, caminhando em linha com o ODS 6 nessa esteira.

A percepção da evolução da sustentabilidade nas Bacias PCJ, nos últimos anos, é nítida, pois todas as ações, decisões, procedimentos e planejamentos são feitos visando o bem comum da atual geração e das futuras.

A relevância da atuação com esse olhar da sustentabilidade é ainda maior ao considerar que as Bacias PCJ estão localizadas numa região do País com escassez hídrica elevada. Portanto, se a Agência das Bacias PCJ não atuar com foco na condição financeira, social e ambiental, estará fadada ao fracasso.

Nesse contexto, a renovação do contrato com a ANA foi de fundamental importância, já que a parceria de sucesso continuará permitindo o desenvolvimento das Bacias PCJ com foco na melhoria contínua da qualidade de vida da população nela inserida e do meio ambiente. (GRI 102-14)

“

A renovação do contrato com a ANA foi de fundamental importância, já que a parceria de sucesso continuará permitindo o desenvolvimento das Bacias PCJ.”

Marco Antônio dos Santos Presidente em exercício do CBH PCJ



Nossa homenagem



O LEGADO DE LUIZ ROBERTO MORETTI

Vocês já pensaram em qual legado vão deixar para as pessoas? Nascemos com um objetivo comum, com uma meta traçada e que ao longo de nossa trajetória construímos. No final, esta é a nossa herança para as pessoas.

E qual é o maior legado que um líder pode deixar para a sua equipe? Certamente é o seu legado intelectual. Ah, e isso, o nosso querido Luiz Roberto Moretti fez muito bem.

Exemplo de profissional, soube conduzir e executar processos, atender demandas de todas as áreas e sim, foi um exemplo de gestor de equipe. Compartilhou conhecimento não apenas com os membros dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ, mas sim com todos os seus alunos e com quem a ele procurava para saber um pouco mais sobre gestão de recursos hídricos.

Por isso, nosso muito obrigada, Moretti. Muito mais do que a relação de trabalho, você nos impulsionou e moldou. Sempre mostrou a importância de buscar constantes aprendizados.

Como líder, nos proporcionou autodesenvolvimento e nos trouxe inúmeros questionamentos com o objetivo de nos estimular a buscar pelas respostas. Com uma postura sempre transparente, nos mostrou que o quanto mais compartilhamos conhecimento, mais aprendemos e mais legado deixamos.

Você viveu, amou, aprendeu e deixou um grande legado em prol da água.

Exemplo de profissional, mas acima de tudo, exemplo de pessoa. Nossa eterna gratidão a você!



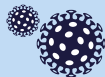
Confira o vídeo de nossa homenagem

COVID-19

Um ano desafiado pela pandemia

No contexto da Covid-19, 2020 foi um ano desafiador para a Agência das Bacias PCJ, no que se refere à execução e acompanhamento dos estudos e projetos contratados e a contratar, principalmente em ações que exigiam o acompanhamento em campo. Por outro lado, os aprendizados deixados pelo sistema de *home office* e pela aceleração digital provocaram novas descobertas e formas de atuar, reforçando que ferramentas robustas de gestão e governança, processos consolidados, investimentos em tecnologia e equipe engajada integram o legado da Agência das Bacias PCJ.

COVID-19



O QUE SE DESTACOU

- Investimentos em Tecnologia da Informação (TI), feitos nos anos anteriores, facilitaram o trabalho a distância: dados em nuvem, videoconferência, acesso a sistemas e informações.
- Engajamento dos colaboradores para as responsabilidades de suas respectivas funções e cumprimento dos prazos, mesmo em esquema de trabalho remoto.
- Ainda que algumas visitas técnicas tenham sido interrompidas, as atividades de manutenção da Rede de Monitoramento de Águas Superficiais tiveram continuidade durante a pandemia, seguindo todos os protocolos sanitários.

O QUE FOI PRECISO MUDAR

- *Home office* foi adotado por todos os colaboradores.
- Algumas licitações foram realizadas de forma virtual, pela Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo (BEC-SP), para bens e serviços comuns.
- Reuniões e eventos dos colegiados dos Comitês PCJ foram realizados de forma virtual.
- Ações de capacitação dos colaboradores foram realizadas em plataformas digitais.

O QUE NÃO CONSEGUIMOS REALIZAR

- Licitações presenciais foram paralisadas entre os meses de março a setembro de 2020, já que serviços não essenciais foram suspensos pelo Governo do Estado de São Paulo no período, considerado o período de quarentena.
- Visitas técnicas presenciais foram interrompidas, como as realizadas pela Coordenação de Projetos, e o trabalho de campo feito pela Assessoria Ambiental, dentro das ações da Política de Mananciais PCJ.

O QUE FICOU DE APRENDIZADO

- Implantação de reuniões por videoconferência agilizou os trabalhos e a interação entre as pessoas, além de promover economia em custeio para deslocamentos.

O QUE AINDA NOS DESAFIA

- Estabelecer sistemática para reuniões, do ponto de vista de gestão do tempo.
- Realizar contratações e ações que não puderam ser executadas em 2020.

NOSSA ATUAÇÃO

Quem somos



Delegação de funções para a Agência das Bacias PCJ renovado por 15 anos, em decisão unânime em plenária do CNRH.



Revisão do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 concluído: R\$ 7,6 bilhões de investimentos estimados no território.



“Em um cenário em que o desenvolvimento urbano, industrial e agrícola impõe cada vez mais pressão sobre os recursos hídricos, a atuação da Agência das Bacias PCJ tem a finalidade de fazer com que este território chegue, progressivamente, a um equilíbrio entre a necessidade e a disponibilidade de água. A instituição tem grande contribuição para o desenvolvimento econômico, com equilíbrio social, de modo que o meio ambiente esteja protegido, conservado e recuperado para garantir a sustentabilidade do território.”

Alain Bernard

Chefe do setor do Escritório Internacional da Água (OIEau) para a África, América Latina e Sudeste da Ásia



A Agência das Bacias PCJ

A Agência das Bacias PCJ é responsável pela gestão financeira dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos nos rios de domínio do Estado de São Paulo e da União e também dos recursos da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia (CFURH). Os recursos arrecadados são investidos de acordo com as ações do Plano das Bacias PCJ.

O que é a CFURH

Instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1º, e regulamentada pela Lei nº 7.990/1989, a Compensação Financeira corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. (Fonte: ANEEL) (GRI 102-5)

Comitês PCJ

A deliberação sobre a aplicação dos recursos financeiros é feita pelos Comitês PCJ, colegiados deliberativos e consultivos que promovem a gestão descentralizada e participativa em sua bacia hidrográfica. Deles participam representantes do poder público (federal, estadual e municipal), dos usuários de recursos hídricos e da sociedade civil.

Reunindo-se de duas a três vezes ao ano para deliberar assuntos que dizem respeito ao gerenciamento dos recursos hídricos, os Plenários dos Comitês PCJ são a instância de tomada de decisões. A estruturação em 12 Câmaras Técnicas contribui para que todos os setores da sociedade com interesse nas Bacias PCJ estejam representados na gestão.

Comitês de Bacias Hidrográficas nas Bacias PCJ

CBH-PCJ – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (comitê estadual paulista);

CBH-PJ1 – Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (comitê estadual mineiro);

PCJ FEDERAL – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (comitê federal).

SAIBA MAIS



DECLARAÇÕES CORPORATIVAS

(GRI 102-16)

NOSSA MISSÃO

Executar ações para a implantação das políticas de recursos hídricos dos Comitês PCJ fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira.

NOSSA VISÃO DE FUTURO (HORIZONTE ATÉ 2035)

Ser reconhecida pela sociedade por sua eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para melhoria da qualidade de vida.

NOSSOS ATRIBUTOS DA VISÃO DE FUTURO

A Agência das Bacias PCJ aspira, até 2035, alcançar os seguintes desafios:

- Conquistar o reconhecimento da sociedade pelos benefícios gerados com a implantação das políticas de recursos hídricos.
- Consolidar-se como modelo de Agência de Bacias Hidrográficas pelas práticas de suporte à gestão dos recursos hídricos.
- Facilitar a comunicação, o relacionamento e o processo de cooperação entre os diversos atores dos Comitês PCJ.
- Tornar-se uma marca de credibilidade quando associada ao adequado suporte à gestão dos recursos hídricos.
- Alcançar alto grau de excelência em gestão.

NOSSOS VALORES

Sustentam as premissas norteadoras das nossas atitudes, orientam a nossa postura e guiam todas as tomadas de decisão.



Transparência e Integridade



Agimos, em todas as circunstâncias, orientados por uma conduta ética, gerando e disponibilizando informações corretas, claras e confiáveis.



Empreendedorismo

Desempenhamos nossas atividades com iniciativa, criatividade e realismo para apresentar soluções inovadoras e executá-las.

Integração e Cooperação



Cultivamos o diálogo, a colaboração e a parceria entre organizações que, juntos, são capazes de gerar resultados duradouros.



Excelência em Gestão

Buscamos atingir melhoria contínua em todos os processos de gestão, aliada a práticas que assegurem altos níveis de desempenho.

Comprometimento



Atuamos com responsabilidade, dedicação e empenho para honrar nossos compromissos e ter sucesso no cumprimento de nossos objetivos.

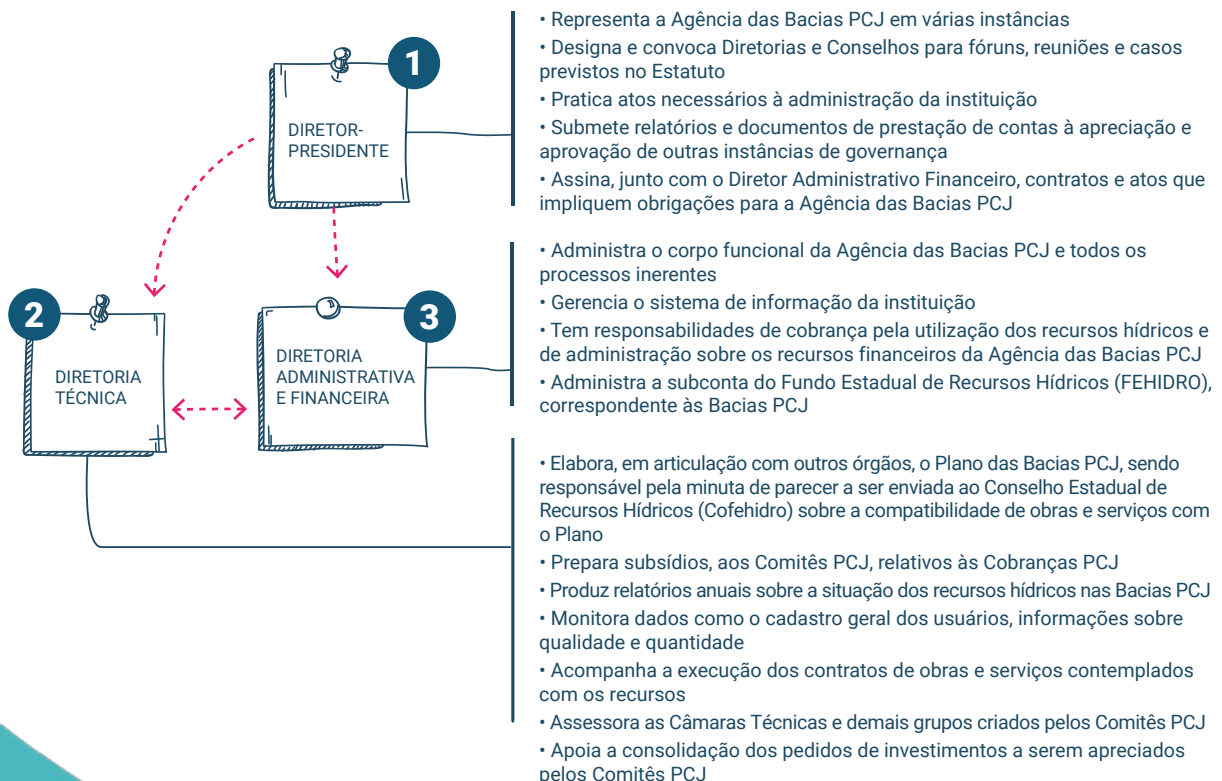
O que fazemos

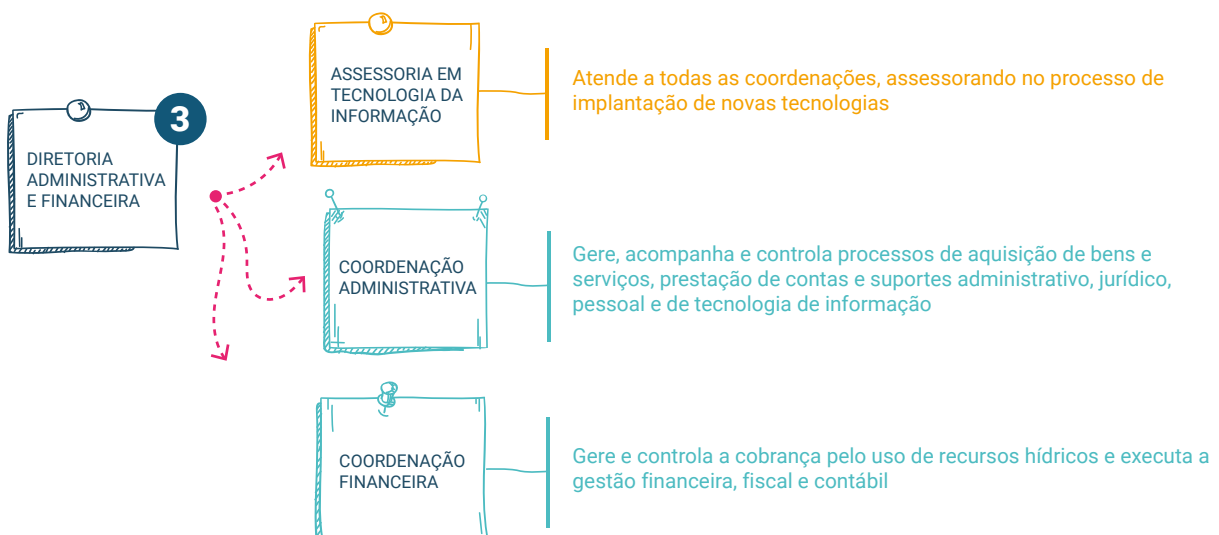
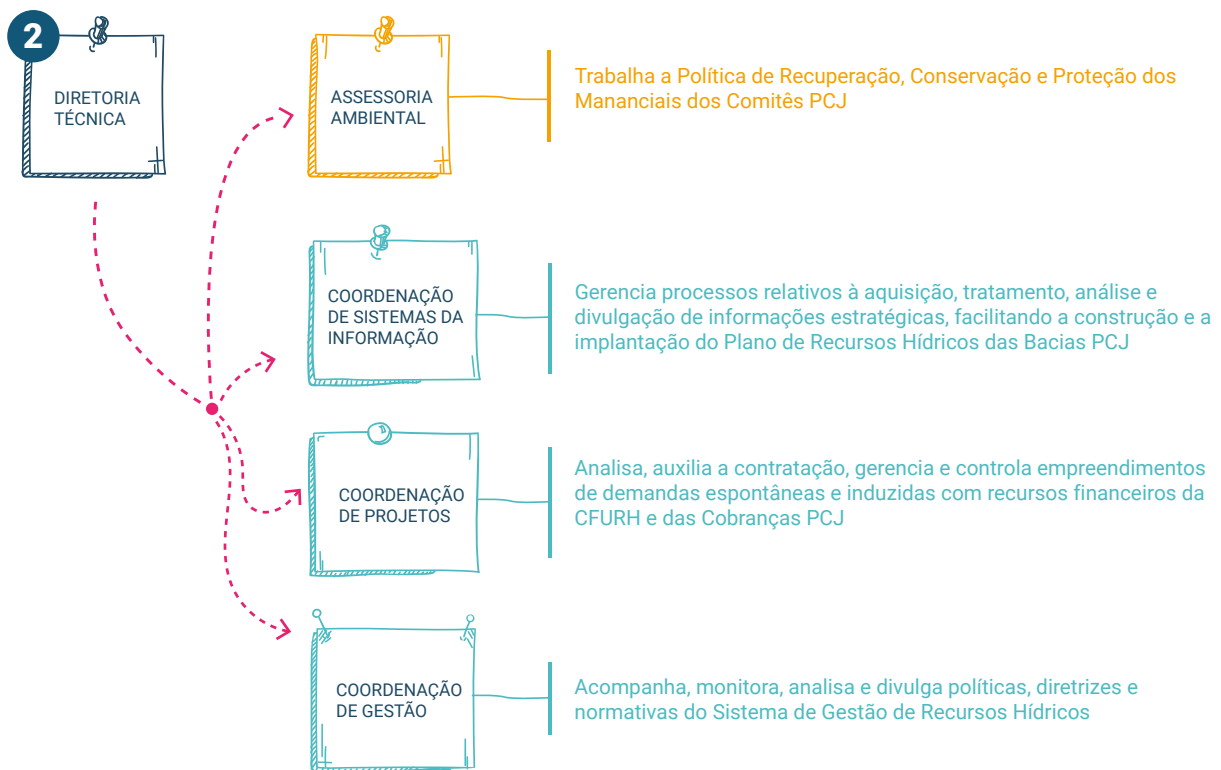
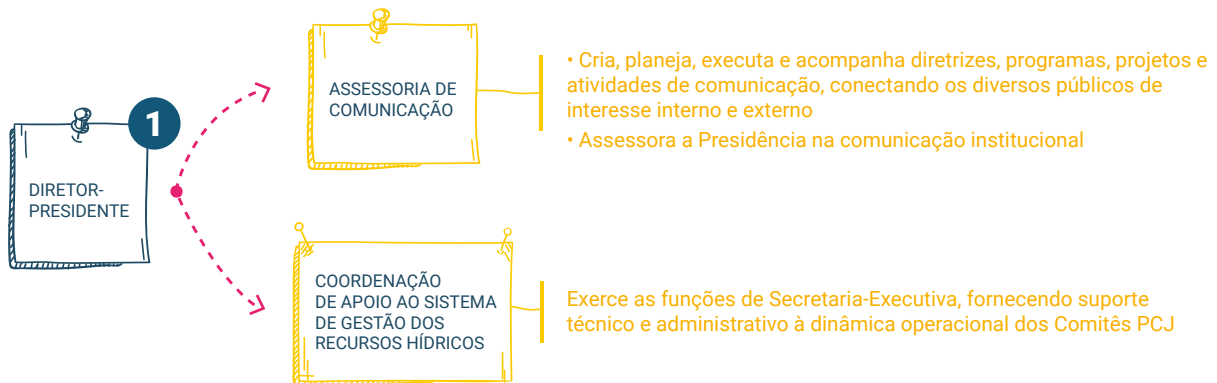
Atuando como braço executivo dos Comitês PCJ, a Agência das Bacias PCJ é responsável por:

- ✓ Fornecer apoio financeiro aos planos, programas, serviços e obras deliberados pelos Comitês PCJ e constantes do Plano das Bacias PCJ;
- ✓ Promover a capacitação de recursos humanos para o planejamento e gerenciamento de recursos hídricos de acordo com programa aprovado pelos Comitês PCJ;
- ✓ Apoiar e incentivar a educação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem o uso racional dos recursos hídricos;
- ✓ Incentivar, na área de sua atuação, a articulação dos participantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos com os demais sistemas setoriais, com os municípios, com o setor produtivo e com a sociedade civil; e
- ✓ Praticar, no campo dos recursos hídricos, ações que lhe sejam delegadas ou atribuídas pelos detentores do domínio de águas públicas.

(GRI 102-2)

COMO ESTAMOS ESTRUTURADOS





Onde atuamos

A região das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí abrange a área de 76 municípios, sendo 71 no território do Estado de São Paulo e 5 no Estado de Minas Gerais. Destes, 62 têm sede municipal nas áreas de drenagem da região, estando 58 localizados na porção paulista das Bacias PCJ e 4 na região mineira. Dos municípios que têm território na região, 47 estão totalmente inseridos e 29 têm parte do seu território na região das Bacias PCJ.

A bacia do rio Piracicaba é a maior da região, em termos de área de drenagem (82% da área de drenagem total) e população (aproximadamente 66% da população residente nas Bacias PCJ), e se subdivide em cinco sub-bacias: Sub-bacia do Rio Atibaia, Sub-bacia do Rio Camanducaia, Sub-bacia do Rio Corumbataí, Sub-bacia do Rio Jaguari e Sub-bacia do Rio Piracicaba.

Com aproximadamente 5,85 milhões de habitantes, em 2019, a região se destacou do ponto de vista econômico, pois, de acordo com o Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, o Produto Interno Bruto (PIB) do conjunto de municípios que compõem a região representou, em 2014, 17% do PIB do Estado de São Paulo. (GRI 102-3, 102-4, 102-6, 102-7)

**Mais informações
sobre as Bacias PCJ
acesse**



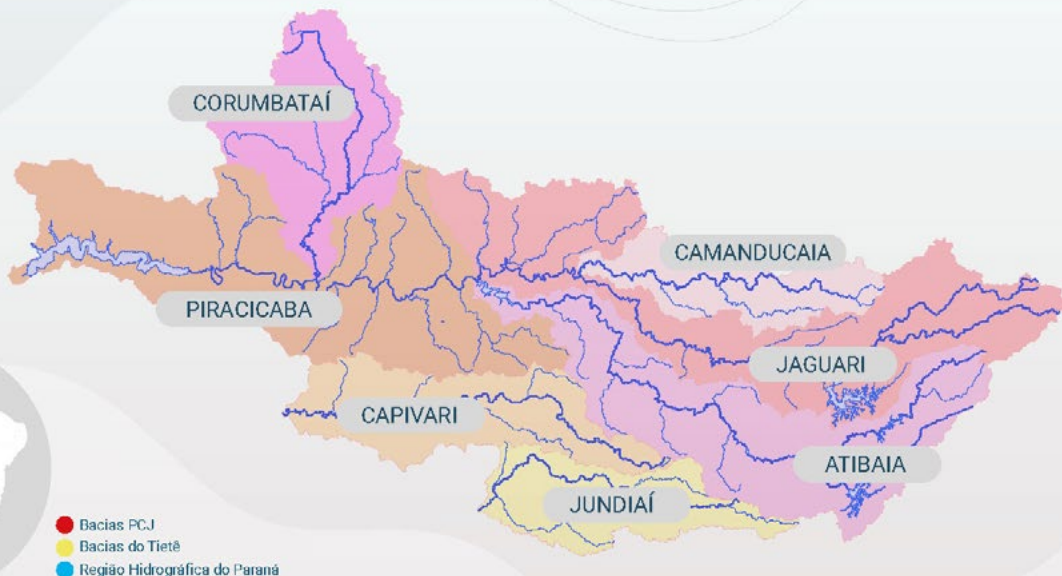
MAPA DE ATUAÇÃO



As Bacias PCJ garantem o abastecimento de água para mais de 5,7 milhões de habitantes de sua região de atuação e cerca de 9 milhões de habitantes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).



76 municípios estão na área de abrangência das Bacias PCJ, sendo 71 no estado de São Paulo e 5 no estado de Minas Gerais.



Sustentabilidade corporativa

O gerenciamento dos recursos financeiros pela Agência das Bacias PCJ considera impactos ambientais, sociais e econômicos de sua região de atuação. A gestão orientada para estes aspectos de sustentabilidade é vital para um território como o das Bacias PCJ, que garante o abastecimento de água a mais de 5,8 milhões de pessoas.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos impulsiona a sustentabilidade nas Bacias PCJ, já que os recursos arrecadados sempre retornam ao território em projetos e obras que visam à melhoria da gestão dos recursos hídricos.

A construção de uma nova cultura organizacional, nos últimos anos, vem inserindo cada vez mais a sustentabilidade nos processos e projetos da Agência das Bacias PCJ, tornando a aplicação dos recursos públicos ainda mais transparente e sustentável, além de conferir mais eficiência e visibilidade aos trabalhos. A3P; Pacto Global, em consonância com os ODS; e Acordo de Paris são alguns dos compromissos públicos assumidos pela instituição, reforçando esse posicionamento. Veja mais neste capítulo.

Gestão sustentável em debate

Em novembro de 2020, a Agência das Bacias PCJ foi uma das organizadoras do “II Sustentare e V WIPIS”, evento *online* que reuniu seminário e workshop que teve como principal proposta discutir, estabelecer parâmetros referenciais e teóricos e promover trocas de experiências entre agentes e pesquisadores, nacionais e estrangeiros, sobre “Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos”.

O evento agregou o Seminário de Sustentabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e o Workshop Internacional sobre Indicadores de Sustentabilidade, da Universidade de São Paulo, campus São Carlos (EESC-USP). Além das instituições de ensino e da Agência das Bacias PCJ, participaram da organização os Comitês PCJ, por meio de seu Grupo de Trabalho Indicadores e Monitoramento (GT-Indicadores), das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID).

Foram 530 participantes, 39 mesas de discussões e 103 artigos aprovados em três dias de evento.

SAIBA MAIS



Compromisso com iniciativas públicas

A Agência das Bacias PCJ foi a primeira agência de bacia do mundo a aderir, em 2018, ao Pacto Global. A instituição também endossa os ODS e suas iniciativas têm foco, principalmente, no ODS 6, cujo objetivo é “assegurar disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”. Veja na figura a seguir a relação de todos os ODS que orientam a atuação da Agência das Bacias PCJ.

Também integra a A3P, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e é signatária do Pacto de Paris

sobre a água e a adaptação às mudanças climáticas nas bacias dos rios, lagos e aquíferos. Este último, que envolve diversos atores e é promovido pela Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB), tem como objetivo central integrar a gestão da água no plano de ação contra a mudança global do clima.

Reforçam a atuação sustentável da instituição projetos como o ED Digital – Papel Zero, a certificação ISO 9001 e a própria adoção das GRI Standards, que orientam o conteúdo deste relatório. (GRI 102-12)



Pacto Global
Rede Brasil

Iniciativa que mobiliza a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção.

SAIBA MAIS



Reúne sociedade civil, governos e setor privado em uma agenda mundial a favor das pessoas, do planeta, da paz e da prosperidade.

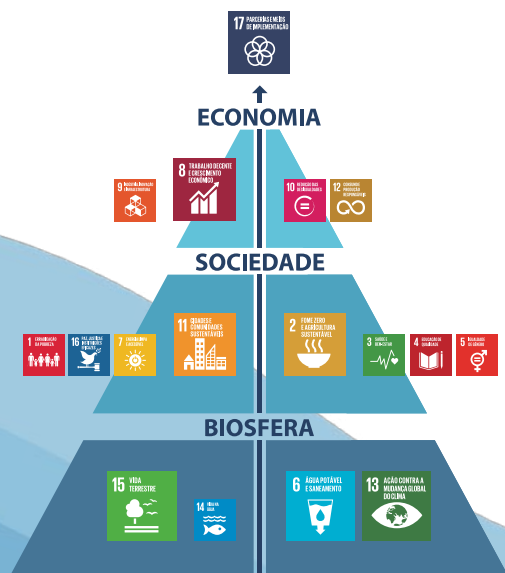
SAIBA MAIS



A3P
AGENDA AMBIENTAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Programa do Ministério do Meio Ambiente que incentiva os órgãos públicos a implantarem práticas de sustentabilidade em sua gestão.

SAIBA MAIS



Os ODS compõem uma agenda mundial com 17 objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. No contexto da Agência das Bacias PCJ, foram abordados, de forma mais efetiva os ODS 2, 6, 8, 11, 13, 15 e 17, conforme destacados na imagem ao lado.

Agenda Ambiental na Administração Pública

A adesão ao Programa A3P, em dezembro de 2018, levou a Agência das Bacias PCJ a elaborar um plano de trabalho que implicou na adoção de boas práticas relacionadas às questões de sustentabilidade. As iniciativas são coordenadas por uma Comissão de Acompanhamento e um Comitê Operacional, com diretrizes para a efetivação do Programa, estabelecimento de metas e indicadores e cumprimento das ações.

O Plano de Gestão Socioambiental (PGS) instaurado, com ações nos seis eixos temáticos do Programa (veja figura a seguir) e horizonte de cinco anos para execução, tem orientado os processos e a gestão.





Status das ações em 2020

O distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19 exigiu mudanças no acompanhamento de algumas ações planejadas, o que se refletiu nos status do PGS ao fim de 2020. Iniciativas relacionadas à segregação de resíduos, por exemplo, foram realizadas até o mês de março (veja dados a seguir), quando também foi lançado o “Guia Prático para o Gerenciamento de Resíduos Sólidos”, com orientações para a adoção de boas práticas no trabalho e em casa. Também foram revisados procedimentos internos para o uso de copos descartáveis e para o monitoramento de resíduos sólidos, visando a melhoria dos processos.

Após o mês de março, não houve ações relacionadas à segregação de resíduos na sede, já que os colaboradores passaram a trabalhar em home office e, portanto, não ocuparam as instalações da instituição depois desse período. No entanto, a iniciativa foi replicada por muitos colaboradores em suas residências. Já as capacitações, com a possibilidade de realização online, tiveram continuidade, assim como outras ações de conscientização junto aos colaboradores.

Segregação de resíduos até março/2020

 **30,7kg** de papel foram destinados para fragmentação

 **6kg** de tampinhas foram doadas para o projeto “Atitude Solidária”

Gestão e estratégia

Garantir a disponibilidade de água, em qualidade e quantidade, e em equilíbrio com os usos e atividades econômicas da população é um dos maiores desafios da gestão dos recursos hídricos. A Política Nacional de Recursos Hídricos prevê instrumentos para a gestão dos recursos hídricos nos âmbitos federal, estadual e de bacias hidrográficas. No que diz respeito a estas últimas, o Plano de Bacias é uma das ferramentas para o planejamento das iniciativas necessárias à recuperação e conservação desses recursos. Ele orienta a compatibilização entre oferta e demanda de água para todo o território de abrangência da bacia hidrográfica.

Delegação de funções de agência renovada e novo Contrato de Gestão assinado

Em 2020, foi prorrogada a delegação à Agência das Bacias PCJ para o exercício das funções de Agências de Água nas Bacias PCJ pelo CNRH, por mais 15 anos. A decisão foi aprovada por unanimidade em reunião plenária virtual do CNRH, que ocupa a instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), instituído pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Trata-se de um colegiado que desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários de água, sendo um dos principais responsáveis pela implementação da gestão de recursos hídricos no País.

Para a Agência das Bacias PCJ, a prorrogação da delegação representa uma grande conquista pelo trabalho realizado desde o início de sua atuação, há 11 anos, e um desafio, com novas metas estabelecidas e uma nova estrutura de contrato, que passa a ser padronizado para todas as agências de água do Brasil.

Ao apagar das luzes do ano de 2020 foi assinado o novo **Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA** entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Agência das Bacias PCJ com prazo de vigência de 5 anos.

Para saber mais, acesse aqui a **Resolução CNRH nº 218, de 2 de dezembro de 2020.**



Plano das Bacias PCJ

O Plano das Bacias PCJ 2020-2035 teve sua revisão concluída e aprovada pelos Comitês PCJ em reunião plenária realizada em agosto de 2020. Suas metas estão integradas a planos de ação em seis Temas Estratégicos, que orientam a atuação em cada uma das frentes, com propostas de ações, orçamentos e responsabilidades pela implementação. São eles: Garantia de Suprimento Hídrico e Drenagem; Enquadramento dos Corpos d'Água Superficiais; Águas Subterrâneas; Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias; Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal; e Gestão de Recursos Hídricos.

R\$ 7,6 bilhões até 2035

O Plano das Bacias PCJ estima a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 7,6 bilhões no território das Bacias PCJ até 2035, com metas específicas a serem alcançadas, especialmente para o setor de saneamento. A maior parte das ações é voltada à recuperação da qualidade da água.

Destacam-se no Plano iniciativas avançadas de tratamento terciário de efluentes, que compreendem a desinfecção e a remoção de nutrientes. São medidas essenciais para o alcance dos patamares de qualidade necessários para garantir os usos da água previstos para a região no período.

O Plano também prevê propostas de intervenções e programas envolvendo a proteção de mananciais; a garantia de suprimento hídrico e a redução das perdas nos sistemas de abastecimento público de água; a proteção das águas subterrâneas; ações para promoção da educação, comunicação e inovação tecnológica; além de estudos diversos e manutenção do monitoramento em tempo real dos recursos hídricos na região.

SAIBA MAIS



Plano de Aplicação Plurianual (PAP)

A aplicação dos recursos da Cobrança PCJ Federal segue as disposições do Plano de Aplicação Plurianual (PAP). O PAP referente ao período 2017-2020 será submetido a avaliação no primeiro trimestre de 2021 pelos Comitês PCJ e, em seguida, apresentado à ANA visando a avaliação da execução das ações conforme planejado originalmente. O PAP representa importante ferramenta de apoio para a execução das ações previstas no Plano das Bacias PCJ. O documento integra programas e subprogramas, deliberados pelos Comitês PCJ, com foco no alcance das metas do Plano de Bacias, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos referidos programas.

Para o novo PAP 2021-2025, em 2020 foram desenvolvidas novas regras que começam a valer em 2021, com o horizonte de cinco anos (ante os quatro anteriores). Além disso, sua metodologia foi padronizada, pela ANA, para todas as entidades delegatárias, o que trouxe maior detalhamento das ações e indicadores, contemplando metas físicas e financeiras.

A padronização representa ganhos à gestão, pois facilita a correlação entre as ações a serem executadas e os principais problemas da bacia que devem ser alvo de intervenção. Também permite análises comparativas entre os planos de diferentes bacias hidrográficas e avaliações de níveis de investimento regional e global por instrumento de gestão ou área de atuação do SINGREH. (GRI 102-10)

Um novo instrumento para o orçamento

O PAP passa a contemplar um novo instrumento para o desembolso dos recursos destinados às bacias hidrográficas: o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA), que contém o detalhamento das ações a serem executadas em cada ano de vigência do Contrato de Gestão.

Ele deve ser elaborado considerando a capacidade operacional e financeira da entidade delegatária, com a previsão anual dos recursos arrecadados por meio da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica. O documento pode ser revisto e adaptado durante o exercício de sua execução, desde que suas revisões e alterações sejam comunicadas formalmente e justificadas ao Comitê de Bacia Hidrográfica.

Plano de Ação e Programa de Investimento (PA/PI)

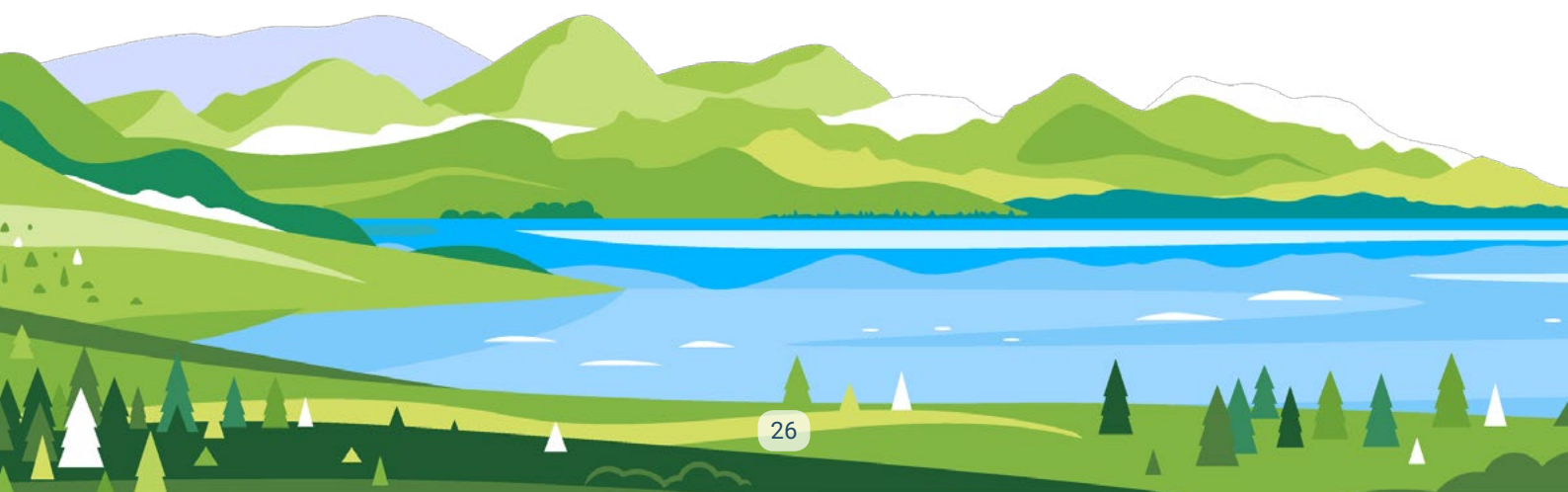
Já a aplicação dos recursos do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (FEHIDRO), que engloba a Cobrança Estadual Paulista e a CFURH, é orientada pelo Plano de Ação e Programa de Investimento (PA/PI).

Com horizonte de quatro anos (sendo o vigente de 2020-2023), o PA/PI é estruturado em Programas de Duração Continuada (PDCs) e subPDCs e, embora não haja um instrumento separado como o POA, seu plano orçamentário pode ser atualizado anualmente.

Tudo pronto para a certificação

Em 2020, a Agência das Bacias PCJ atendeu a todos os requisitos da certificação ISO 9001:2015, em pré-auditoria. A Auditoria de Certificação deverá ser realizada in loco, de maneira presencial. Entretanto, diante do cenário da pandemia da Covid-19, e pelo trabalho que vem sendo realizado de forma remota pelos colaboradores da Agência das Bacias PCJ, seguindo as sucessivas quarentenas estabelecidas pelo Governo do Estado de São Paulo, o processo de certificação deverá ocorrer somente após o retorno das atividades presenciais.

A ISO 9001 é uma norma internacional que especifica requisitos para um Sistema de Gestão da Qualidade. Sua implantação é resultado de meta estabelecida junto à ANA para aprimorar e padronizar os processos e procedimentos da Agência das Bacias PCJ, na busca pela excelência no atendimento das demandas dos Comitês PCJ e de apoio ao planejamento na gestão de recursos hídricos.



Planejamento estratégico da Agência das Bacias PCJ

No primeiro ano de execução de seu planejamento estratégico 2020-2023, a Agência das Bacias PCJ iniciou a execução de 75% das ações planejadas. Entre elas, destacam-se: exercer as funções de Secretaria das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, obter a certificação ISO 9001:2015 e implementar o sistema de Gestão Arquivística de documentos. Outras iniciativas programadas para o período não avançaram como esperado, como a ação de propor novos mecanismos e valores para as Cobranças PCJ devido aos impactos econômicos gerados pela Covid-19 aos usuários pagadores da Cobrança.

Baseado na metodologia *Balanced Scorecard (BSC)*, Indicadores Balanceados de Desempenho, na tradução do inglês, o plano traz perspectivas para a atuação da instituição em três frentes: pessoas e infraestrutura, processos internos, e resultados. Para cada perspectiva, foram definidos objetivos estratégicos e iniciativas, resultando num total de 34 objetivos estratégicos e 71 ações.

Metodologia BSC

A metodologia BSC parte do princípio de que os indicadores para a gestão estratégica de uma organização devem ir além das informações econômicas ou financeiras, representando uma importante ferramenta de gestão voltada para a sustentabilidade.

O Plano de Melhoria e Gestão foi concluído em 2020, destacando-se, entre as ações, a contratação das primeiras gerenciadoras por meio da Política de Terceirização e a implantação do sistema de gestão arquivística de documentos.

Governança corporativa

Prestação de contas, transparência e responsabilidade corporativa são princípios básicos de Governança Corporativa adotados pela Agência das Bacias PCJ, que segue as boas práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) para alguns processos internos.

A prestação de contas é feita para **oito diferentes instâncias**, com periodicidades que variam de acordo com as regras de cada uma. Em 2020, a prestação de contas para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) passou a ser feita por meio do Sistema da Divisão de Auditoria Eletrônica de São Paulo (Audesp), que promove massivo processamento eletrônico de dados de órgãos jurisdicionados (municipais e estaduais), conferindo ainda mais transparência aos processos relacionados à governança corporativa.

A Agência das Bacias PCJ ainda disponibiliza informações de forma proativa e faz parte do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão do Estado de São Paulo (SIC.SP), estrutura do Arquivo Público do Governo do Estado de São Paulo. (GRI 102-10, 102-18)

Instâncias de prestação de contas

1. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)
2. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)
3. Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP)
4. Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
5. Comitês PCJ
6. Conselho Deliberativo da Agência das Bacias PCJ
7. Conselho Fiscal da Agência das Bacias PCJ
8. Auditoria Independente (contratada por meio de processo licitatório)

PCJ Federal se destaca em avaliação da CGU

O PCJ FEDERAL, um dos três colegiados que formam os Comitês PCJ, foi considerado o comitê interestadual brasileiro com maturidade mais avançada em uma pesquisa realizada pela Controladoria Geral da União (CGU). O relatório “Avaliação da Complexidade e Maturidade da Gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas Interestaduais” avaliou nove comitês, buscando identificar oportunidades de melhoria na administração dos comitês de bacia, com base nas práticas executadas por seus pares.

O PCJ FEDERAL foi o que atendeu à maioria dos critérios que compõe o Indicador de Maturidade, demonstrando uma gestão em conformidade com os requisitos da Lei no 9.433/97 (Lei das Águas) e seus regulamentos, utilizados nessa avaliação.

No aspecto “Sustentabilidade Financeira”, o papel da Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária instituída foi destacado, demonstrando que o comitê possui autossuficiência financeira para custeio de suas atividades.

Acesse aqui o
relatório de avaliação



Estrutura de governança e poder decisório

Saiba mais

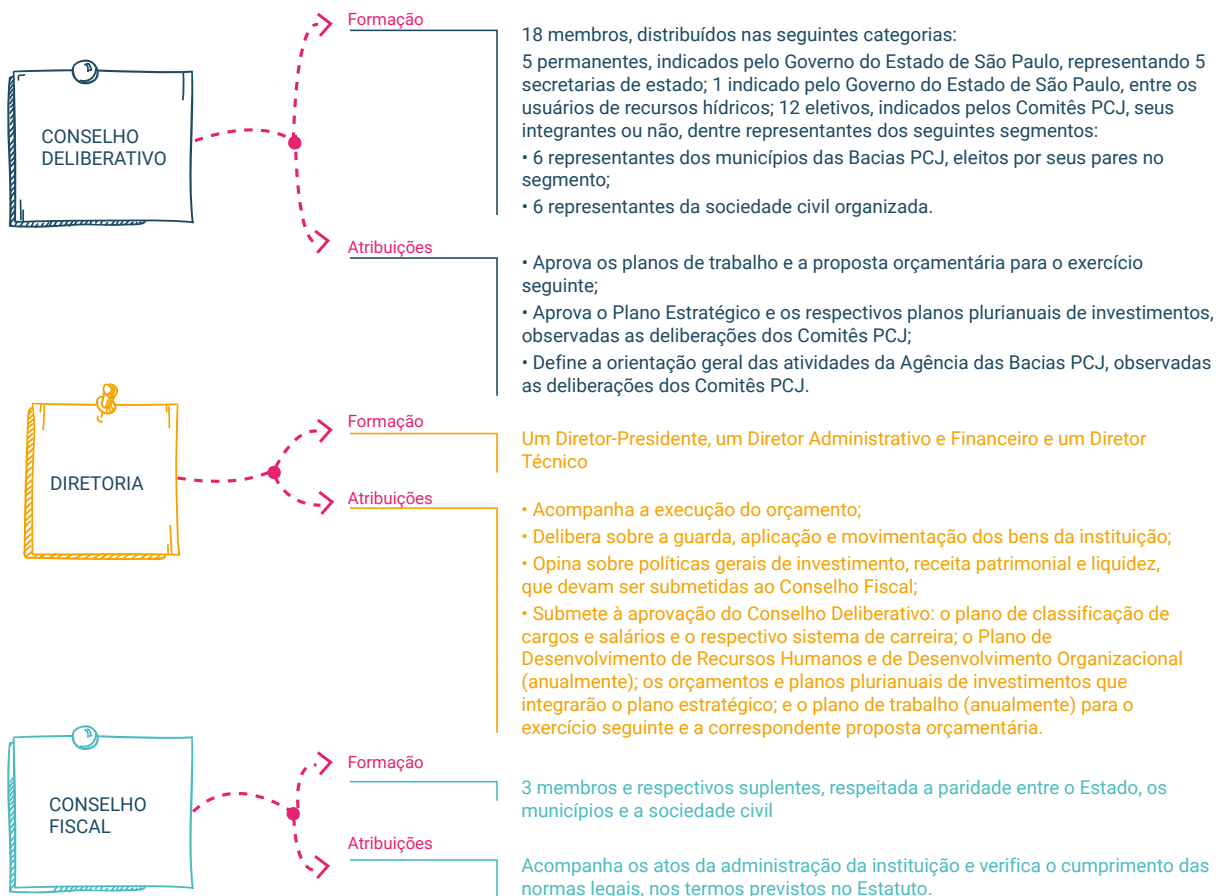


O Conselho Deliberativo, a Diretoria e o Conselho Fiscal compõem a estrutura de governança da Agência das Bacias PCJ. As normas de organização, funcionamento dos órgãos e as atribuições dos dirigentes estão detalhadas no Estatuto da Agência das Bacias PCJ. Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal são indicados pelas respectivas entidades eleitas, exercendo seus mandatos de forma voluntária, pelo período de dois anos. O atual mandato refere-se ao período de 2019 a 2021.

Comissões, Comitês e Grupos de Trabalho da Agência das Bacias PCJ – formados por colaboradores – são responsáveis por tomadas de decisões, com validação das Diretorias da instituição, num processo dinâmico e participativo. (GRI 102-18)

Formação e atribuições dos órgãos

ORGANOGRAMA



Código de Ética

Aprovado pelos Conselho Fiscal e Deliberativo em 2019, o Código de Ética da Agência das Bacias PCJ reforça a governança robusta e a gestão da instituição orientada para a integridade e a transparência. O documento reflete a cultura comportamental adotada na instituição, com base nas Declarações Corporativas norteando as relações entre seus colaboradores e também com seus parceiros e com o público externo. Saiba mais no capítulo **Anticorrupção**. (GRI 102-16)

TEMAS MATERIAIS

Desempenho econômico

A3P



PACTO GLOBAL



ODS



“A Agência das Bacias PCJ tem conseguido realizar seu custeio administrativo dentro do limite legal de 7,5% do total arrecadado, sem necessidade de aporte de recursos adicionais pela Agência Nacional de Águas. Isso nos tranquiliza porque podemos contar com a Agência das Bacias PCJ como longa manus (braço longo, na tradução livre do latim) da atuação da Agência Nacional de Águas nas Bacias PCJ. Caso contrário, a ANA teria que depender recursos de pessoal, logístico e financeiro para execução das atividades de competência das Agências de Água.”

Humberto Cardoso Gonçalves
 Superintendente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

Desde o início da Cobrança PCJ Federal, do total arrecadado, inclusive com rendimentos financeiros, 97,07% já foram efetivamente contratados e 91% foram desembolsados.



A taxa de inadimplência aumentou de aproximadamente 2% para 9%, tendo em vista os impactos econômicos proporcionados pela Covid-19.



Cobrança, um instrumento da gestão de recursos hídricos

A gestão dos recursos hídricos é orientada por instrumentos regulatórios e econômicos, sendo a cobrança pelo seu uso um deles. Representa a remuneração pelo uso de um bem público, cuja disponibilidade – em quantidade e qualidade – sofre impacto de fatores como crescimento populacional, atividades econômicas e mudanças climáticas.

Dessa forma, a cobrança tem como objetivo estimular a utilização racional e sustentável da água, a fim de conter os desperdícios e seu uso indevido, além de financiar investimentos na recuperação e preservação das bacias hidrográficas. Os valores são cobrados de usuários que fazem uso da água para captação, consumo e lançamento de efluentes. (GRI 103-2, 201-Desempenho econômico)

Impulso para a sustentabilidade

O trabalho “A Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos como *Big Push* para a Sustentabilidade nas Bacias PCJ”, foi um dos estudos de caso selecionados, dentre 130 inscritos, em uma **iniciativa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)** para compor a publicação “Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável: estudos de casos de grande impulso (*Big Push*) para a sustentabilidade no Brasil”.

O estudo da Agência das Bacias PCJ mostra os impactos positivos dos investimentos com recursos da cobrança nas Bacias em pouco mais de uma década. Destaca a melhora significativa nos patamares do tratamento de esgoto, proteção e recuperação de mananciais, impulsionando direta ou indiretamente a melhoria nas condições de saúde, o desenvolvimento tecnológico na busca de melhores alternativas, o aumento nos postos de trabalho, a integração e articulação institucional e a conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

Os estudos selecionados, incluindo o da Agência das Bacias PCJ, fazem parte de um repositório que objetiva dar visibilidade a experiências e iniciativas que geraram resultados concretos em direção ao desenvolvimento sustentável. São estudos que representam a pluralidade e diversidade de atores e regiões e uma variedade de iniciativas públicas e privadas.

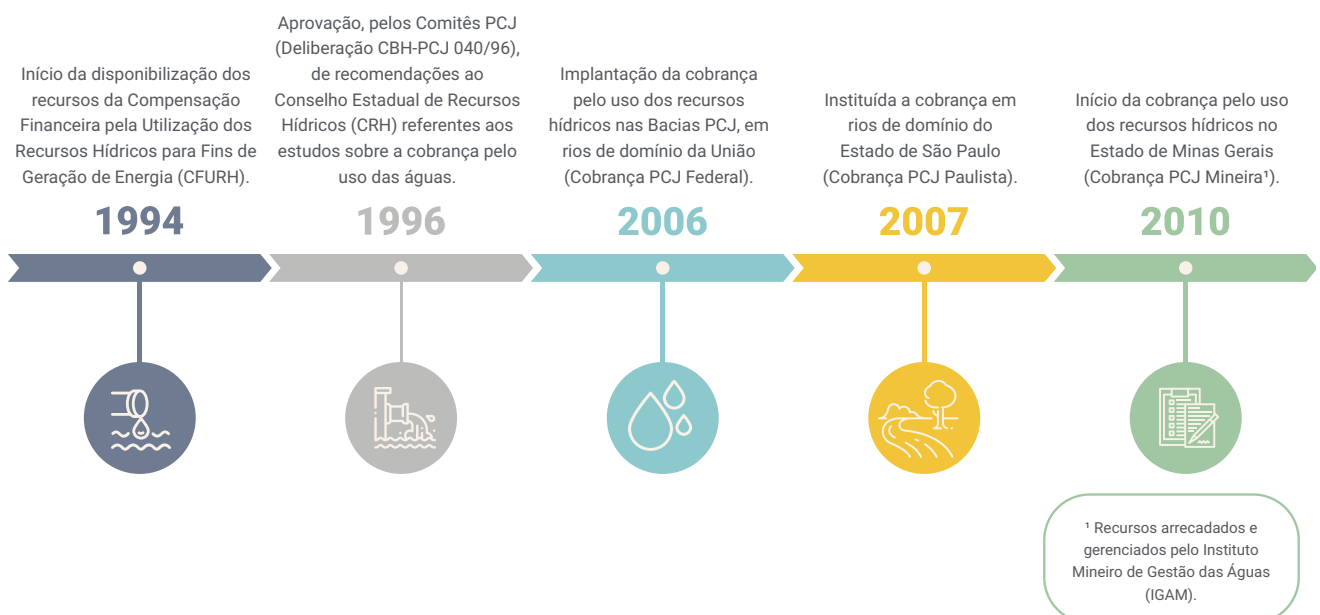
A iniciativa visa apoiar os países da região na construção de estilos de desenvolvimento mais sustentável, baseada na coordenação de políticas para promover investimentos transformadores.

SAIBA MAIS



A cobrança nas Bacias PCJ

GRI 201-Desempenho econômico



O cálculo considera os volumes de água captados (água superficial e subterrânea), os volumes de água consumidos, a transposição de bacias e a carga orgânica (DBO, sigla para Demanda Bioquímica de Oxigênio) lançada nos corpos d'água.

Aplicação dos recursos

Os recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ e CFURH são destinados a estudos, planos, projetos, serviços e obras deliberados pelos Comitês PCJ. Os critérios de seleção e hierarquização são essencialmente técnicos e de domínio público. As iniciativas contratadas devem estar em consonância com o Plano das Bacias PCJ e atender a todos os pré-requisitos legais estabelecidos anualmente pelos Comitês PCJ para a obtenção de tais recursos.

Construído em 2019 a partir de meta do contrato de gestão com a ANA, o Portal Investimentos nas Bacias PCJ foi alimentado ao longo de 2020. Ele tem como objetivo dar transparência às aplicações dos recursos financeiros provenientes das Cobranças PCJ e da CFURH.

SAIBA MAIS



Desempenho econômico desafiado em 2020

A prorrogação de vencimentos das Cobranças Paulista e Federal foi um dos fatores da pandemia que desafiou a gestão financeira da Agência das Bacias PCJ em 2020. A discussão do tema ocorreu em várias instâncias – ANA, CNRH, CRH e Comitês PCJ – visando solução para minimizar impactos econômicos aos usuários pagadores das Cobranças nas Bacias PCJ.

Depósitos em juízo realizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), após questionamento da metodologia de cálculo feita pela ANA, também impactaram os resultados financeiros, já que esse usuário representa cerca de 50% do volume arrecadado nas Bacias PCJ com a Cobrança PCJ Federal. (GRI 201-1)

Alternativas

Para fazer frente à queda do volume arrecadado, a Agência das Bacias PCJ precisou se valer de medidas alternativas de gestão financeira. Entre elas, destacam-se a negociação dos valores de contratação de serviços contínuos junto a um grupo de fornecedores e a supressão de serviços não essenciais em alguns contratos. Essas e outras iniciativas geraram economia de mais de R\$ 1 milhão no período.

Com a autorização dos Comitês PCJ, a Agência das Bacias PCJ reduziu o número de ações a serem contratadas em 2020, na ordem de R\$ 8,5 milhões, como alternativa temporária para a recuperação do caixa.

Indicadores financeiros

GRI 201-1, GRI 102-45

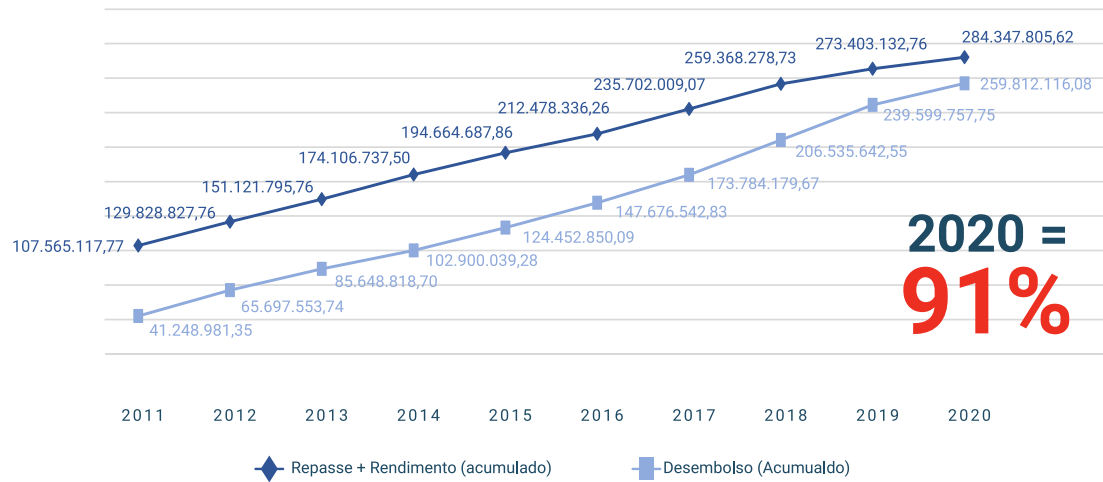
DESTINAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Federal	807.184,29
Remuneração do trabalho (pessoal encargos e benefícios) - Estadual	869.757,54
Participação dos empregados	0,00
Impostos, Taxas e contribuições (Federal)	12.100,96
Impostos, Taxas e contribuições (Estadual)	406.756,79
Impostos, Taxas e contribuições (Secret. Exec. Comitês)	2.346,11
Impostos, Taxas e contribuições (EcoCuencas)	0,00
Capital de terceiros	
Despesas financeiras (Estadual)	38.548,25
Despesas financeiras (Secret. Exec. Comitês)	1.068,64
Despesas financeiras (EcoCuencas)	0,00
Aluguéis/Condomínios pagos (Federal)	65.522,87
Aluguéis/Condomínios pagos (Estadual)	151.479,22
Superávit ou Déficit do exercício (Estadual)	204.262,16
Total do valor destinado	2.559.026,83

Data Base: dezembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta a contribuição da Agência das Bacias PCJ para a geração de riqueza na economia e sua respectiva distribuição para os empregados, governo, terceiros, dentre outros *stakeholders*.

Em 2020, a DVA da Agência das Bacias PCJ foi de R\$ 2.559.026,83, com redução de 13% em relação ao exercício de 2019, quando foi distribuído R\$ 2.953.282,23.

Evolução do repasse de desembolso federal (em R\$)



Novo cadastro da Cobrança PCJ Paulista

O projeto de desenvolvimento do sistema de cadastro e cálculo da Cobrança PCJ Paulista foi finalizado em 2020, quando teve início a operação assistida. Trata-se de uma plataforma integrada ao Sistema de Outorga Eletrônica do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que irá favorecer a integração entre os órgãos, tornando a troca de informações mais clara e segura. Superada a curva de aprendizagem, em 2021 o sistema deve entrar em pleno funcionamento.

Mudanças climáticas e riscos financeiros

Um dos principais desafios das Bacias PCJ é a resiliência frente às mudanças climáticas, que representa fator crítico para a gestão dos recursos hídricos da região. Chuvas abaixo da média, por exemplo, representam risco de falhas de abastecimento. Impactos na captação de água, por consequência, podem resultar em redução dos recursos financeiros arrecadados. Embora não haja uma análise específica de riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, o tema é relevante para a Agência das Bacias PCJ, que assume compromissos para minimizá-los.

Uma das iniciativas públicas nesse sentido é o Pacto de Paris, do qual a instituição é signatária. O Pacto tem como objetivo central integrar a gestão da água no plano de ação contra a mudança global do clima (veja mais em **Compromisso com iniciativas públicas**). Como uma das metas do Contrato de Gestão ANA, para o exercício 2020, a Agência das Bacias PCJ desenvolveu o Termo de Referência para contratação de estudos e pesquisas visando estratégias para adaptação à mudança do clima. (GRI 103-1, 201-2)

Previsão hidrometeorológica

Uma das frentes de ação para o enfrentamento das mudanças climáticas contempla os serviços de previsão hidrometeorológica, que vêm sendo aprimorados na Agência das Bacias PCJ e representam importante instrumento para liberações de vazões do **Sistema Cantareira**. As previsões meteorológicas e probabilísticas de vazão para pontos de controle da outorga do Sistema Cantareira são disponibilizadas pelo Sistema de Previsão Hidrometeorológico das Bacias PCJ (SPHM-PCJ).

As informações fornecidas dão subsídios à Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, bem como ao DAEE, e para embasar tomadas de decisão sobre as vazões a serem descarregadas. (GRI 103-2, 201-2)

SISTEMA CANTEIRA

Localizado principalmente nas Bacias PCJ, o Sistema Cantareira é responsável pelo abastecimento de parte da população das Bacias PCJ e de quase nove milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Impactos econômicos indiretos

A3P



PACTO GLOBAL



ODS



“Classifico a Agência das Bacias PCJ como o melhor parceiro que qualquer serviço de água e esgoto possa ter. Pelo profissionalismo, respeito aos municípios e trabalho proativo. Sem falar nos recursos que nos disponibiliza para fazer aquilo que não teríamos condições de fazer sozinhos ou sem repassar para o usuário. Os projetos são aprovados com análise crítica forte: se é passível de conclusão e se o recurso financeiro é adequado para o empreendimento”.

José Luiz Cabral

Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Capivari

783

empreendimentos foram financiados com recursos deliberados pelos Comitês PCJ desde 1994.



Região apresenta melhora significativa em tratamento de esgoto, proteção e recuperação de mananciais.

Geração de valor para território

Ao gerenciar os recursos financeiros das cobranças pelo uso de recursos hídricos, a Agência das Bacias PCJ assume importante papel na dinâmica socioeconômica da região, já que o montante arrecadado é direcionado para empreendimentos no território das Bacias PCJ.

Em 14 anos de investimentos com recursos das Cobranças PCJ, verificou-se, na região, uma melhora significativa nos patamares do tratamento de esgoto, proteção e recuperação de mananciais, impulsionando direta e indiretamente a melhoria nas condições de saúde, o desenvolvimento tecnológico na busca de melhores alternativas, o aumento nos postos de trabalho, a integração e articulação institucional e a conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

(GRI 103-1, 103-2, 203-Impactos econômicos indiretos, 203-1)

14 ANOS DE INVESTIMENTOS NAS BACIAS PCJ



R\$ 403,8 milhões
arrecadados;



Índices médios de
tratamento do esgoto
urbano: de **40%** em 2006
para **77%** em 2019;



Trecho do Rio Jundiá
recuperado, tornando-se
fonte para abastecimento
público;



Contratações de
fornecedores para execução
dos **projetos geram emprego
e renda** e movimentam a
economia;



Perdas hídricas inferiores a
25% em alguns municípios,
decorrente das iniciativas de
programas de combate às
perdas no setor de
abastecimento e de
racionalização do uso da
água, ainda que haja
oportunidades de melhoria
nesta área;



Ações de recuperação e
proteção de cerca de **13 mil
hectares** de áreas de
mananciais, contribuindo
para a melhoria da qualidade
e disponibilidade hídrica.

Demandas priorizadas e induzidas

Os recursos financeiros são aplicados em empreendimentos de municípios priorizados no Plano de Bacias, para atender a projetos de saneamento básico. Recursos para ações não estruturantes de interesse das Bacias PCJ atendem às chamadas demandas induzidas, como monitoramento, proteção de mananciais, educação ambiental, dentre outros, sempre de acordo com o previsto no PAP PCJ e PA/PI.

Desafios para a gestão

Como consequência da pandemia, em 2020, muitas ações previstas do PAP 2017 -2020 não puderam ser realizadas, o que representa um desafio para a gestão da Agência das Bacias PCJ, que terá de executá-las, somados às ações previstas para 2021.

O ponto positivo e desafiador é que a Agência das Bacias PCJ passa a ser tomadora de recursos da Cobrança PCJ Paulista. A diversificação da fonte de recursos financeiros, antes muito dependente da Cobrança PCJ Federal, fará diferença para a gestão financeira da instituição, já que a Cobrança PCJ Paulista tem menor índice de inadimplência do que a Federal, conferindo maior previsibilidade para a execução das ações.

Investimentos

Recursos financeiros deliberados pelos Comitês PCJ, por ano e por fontes de financiamento desde 1994 até 2020

(GRI 203-1)

Fonte de recursos	Programa	Nº de empreendimentos	Valor pleiteado R\$	Valor de contrapartida R\$	Valor total R\$
CFURH 1994-2020	Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	36	5.281.749,87	2.583.175,42	7.864.925,29
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos	4	368.578,32	251.783,55	620.361,87
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	112	26.298.993,74	29.748.546,05	56.047.539,79
	Proteção dos corpos d'água	16	2.363.238,60	1.001.982,60	3.365.221,20
	Controle de perdas	53	40.109.079,24	14.243.183,02	54.352.262,26
	Aproveitamentos dos Recursos Hídricos	2	348.900,00	31.932,50	380.832,50
	Eventos hidrológicos extremos	26	8.797.339,71	1.889.517,49	10.686.857,20
	Educação ambiental	16	1.917.345,43	624.191,06	2.541.536,49
	Prevenção e Defesa contra Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos d'água	20	3.648.564,52	1.365.967,99	5.014.532,51
	Total		285	89.133.789,43	51.740.279,68
COBRANÇA PCJ FEDERAL 2006-2020	Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	67	54.264.815,42	710.133,53	54.974.948,95
	Gerenciamento dos Recursos Hídricos	44	20.213.906,03	0,00	20.213.906,03
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	61	59.146.730,52	50.289.161,56	109.435.892,08
	Proteção dos corpos d'água	21	7.512.978,92	1.270.973,04	8.783.951,96
	Controle de perdas	62	93.270.400,11	39.825.801,62	133.096.201,73
	Aproveitamentos dos Recursos Hídricos	2	217.735,00	51.061,40	268.796,40
	Eventos hidrológicos extremos	5	1.460.784,06	226.830,33	1.687.614,39
	Educação ambiental	43	5.148.132,60	0,00	5.148.132,60
	Total		305	241.235.482,66	92.373.961,48
COBRANÇA PCJ ESTADUAL 2007-2020	Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos	35	10.389.009,42	1.362.772,25	11.751.781,67
	Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos	103	146.882.362,06	48.983.051,47	195.865.413,53
	Controle de Perdas	54	89.970.463,02	23.442.686,36	113.413.149,38
	Total		192	247.241.834,50	73.788.510,08
COBRANÇA MINEIRA 2010-2020	Outras Ações	1	800.000,00	0,00	800.000,00
	Total		1	800.000,00	0,00
Total geral		783	578.411.106,59	217.902.751,24	796.313.857,83

Data Base: dezembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

Práticas de compras

A3P



PACTO GLOBAL



ODS



“A Profill tem, em sua essência, a expertise de elaboração de planos de recursos hídricos. O contrato com a Agência das Bacias PCJ é o primeiro que não é feito para um órgão governamental. E isso nos traz um grande aprendizado. Ao prestar serviços para a Agência das Bacias PCJ a gente reconhece uma equipe qualificada, comprometida em fazer a revisão e com os prazos. E mais: percebemos um esmero e um compromisso com resultados. Ter no portfólio a Agência das Bacias PCJ nos coloca em um outro patamar no mercado e isso gera valor para a empresa, já que a Profill tem se consolidado como um player importante no contexto nacional na área de planejamento de recursos hídricos.”

Sidnei Agra

Diretor da Profill Engenharia e Ambiente



109 fornecedores em 2020, sendo 66 localizados nas Bacias PCJ.



18% das licitações foram efetivadas considerando critérios de sustentabilidade.

Gestão de contratação de fornecedores

A cadeia de fornecedores da Agência das Bacias PCJ é formada por empresas prestadoras de serviços, consultores, instituições de ensino e pesquisa. Os principais deles atuam na prestação de serviços especializados para a gestão dos recursos hídricos. Os contratos se dão por processos de licitação para os quais são considerados critérios técnicos, administrativos e legais.

Para valores contratados até R\$ 80 mil, a Agência das Bacias PCJ segue o que estabelece a Lei Complementar 123/06, Art. 47, que permite, neste caso, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. É

uma oportunidade de contribuir com o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, com a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Em relação à priorização de fornecedores locais, em função da obrigatoriedade ao atendimento da Lei de Licitação e Compras Públicas, se faz necessária ampla divulgação e a contratação de fornecedores de diferentes localidades, e não exclusivamente locais. (GRI 103-1, 103-2, 204-Práticas de compras 204-1)

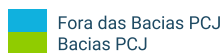
Quadro de fornecedores em 2020

(GRI 102-9)

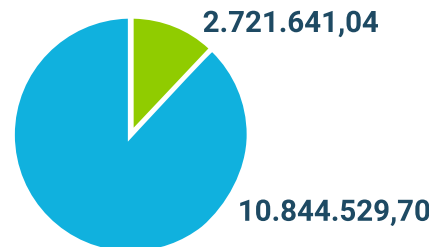
Quantidade de empresas



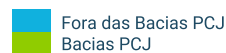
Total: 109



Total gasto (em R\$)



Total: 13.566.170,74¹



Data base: dezembro/2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

¹ Esse valor considera serviços contínuos aditados de anos anteriores



Fornecedores MEI, ME, EPP e

EIRELI: 76

nas Bacias PCJ: 59

fora das Bacias PCJ: 17



Fornecedores grande porte:

33

nas Bacias PCJ: 7

fora das Bacias PCJ: 26

Valores estimados x valores contratados em processos licitatórios realizados em 2020

R\$ 4.605.616,60



Estimado

R\$ 2.560.865,97



Contratado

Economia: 44,4%

R\$ 2.044.750,63



Economizado

Critérios socioambientais de contratação

A Agência das Bacias PCJ adota critérios socioambientais no processo de compras desde 2019. Esta frente de ação está prevista no Plano de Gestão Socioambiental (PSG) da A3P PCJ. Uma das ferramentas utilizadas é a Bolsa Eletrônica de Compras (BEC) do Estado de São Paulo, que objetiva a negociação de preços de bens e serviços a serem adquiridos por entidades da Administração Pública Estadual e Municipal de forma eletrônica,

proporcionando igualdade de condições de participação aos usuários. O próximo desafio da Agência das Bacias PCJ, após a redução do volume de compras em 2020 em decorrência da pandemia da Covid-19 (veja em **Desempenho econômico desafiado em 2020**), é promover a construção da nova sede da instituição com base na metodologia de licitações sustentáveis. (GRI 204-1, 103-2, 308-1, 414-1)

Em 2020, 18% das licitações foram efetivadas considerando critérios de sustentabilidade, 7 pontos percentuais acima de 2019.

Critérios de sustentabilidade (Decreto 7.746/12)	Descrição
Material reciclado	Resulta da transformação dos resíduos sólidos e envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas. Passa por transformação e gera novos insumos ou produtos.
Material atóxico/baixa toxicidade	Não contém substâncias perigosas ¹ em quantidades significativas e prejudiciais à saúde em sua composição.
Material ecoeficiente	Apresenta alta eficiência energética e durabilidade dos produtos, bem como busca consumir pouca água e maximiza o uso dos recursos naturais. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. Pode possuir menor uso de agrotóxicos ou a dispersão de tóxicos, bem como baixa emissão de gases de efeito estufa.
Material biodegradável	Decompõe-se no ambiente pela ação de microrganismos que o utilizam como fonte de alimento/energia. Converte o material em biomassa, dióxido de carbono e água. Os resíduos finais da decomposição não apresentam resquícios de toxicidade, portanto, não são danosos ao meio ambiente.
Certificação	Certificação emitida por instituição pública oficial ou por instituição acreditada.
Selos ambientais	FSC®, Cerflor, PBE, Programa Selo Verde e Selo SisOr.
Origem local	Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

¹Tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenil-polibromados, éteres difenil-polibromados. Fonte: RoHS.

Anticorrupção

A3P



PACTO GLOBAL




ODS



“Uma Agência de Bacia, com importância, reconhecimento e dimensões da nossa, especialmente no contexto atual de crise moral, econômica e social pela qual passa a sociedade, deve pautar-se pela transparência das relações com o poder político, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço e população/sociedade civil organizada, primando suas ações e decisões na supremacia do interesse público. Ter uma visão conciliadora entre atividade econômica, passando pelo uso racional da água, um dos principais componentes do meio ambiente, de modo a conservá-la, preservá-la e recuperá-la.”

Dr. Ivan Carneiro

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

 **Código de Conduta foi elaborado em 2020, contemplando diretrizes para a execução do Código de Ética.**



100% dos membros dos órgãos de governança e dos colaboradores foram comunicados sobre políticas e procedimentos anticorrupção.

Ética e integridade orientam as relações

Os mercados e *stakeholders*, de forma geral, esperam que as organizações atuem com integridade e responsabilidade social. A Agência das Bacias PCJ repudia qualquer ato de corrupção, orientando sua conduta e sua cultura organizacional pelo Código de Ética da instituição. No documento, estão expressos o compromisso com princípios éticos e os valores que devem orientar os relacionamentos e o cumprimento de sua missão. O instrumento está alinhado com a visão de futuro da instituição de ser reconhecida pela eficiência e eficácia na construção de soluções para as políticas de recursos hídricos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

A instância consultiva que orienta sobre conduta ética e as relações da Agência das Bacias PCJ é o Comitê de Ética, constituído em 2019 e que, em 2020, focou seu trabalho na elaboração do Código de Conduta, documento com conteúdo pertinente à execução do Código de Ética, e que, ao fim desta edição, encontrava-se em validação da Diretoria. (GRI 102-16, 102-17, 103-2, 205-Anticorrupção, 205-2)

**ACESSE AQUI O
CÓDIGO
DE ÉTICA**



Construção colaborativa

Conduzido pela Comissão de Ética, a construção do Código de Conduta envolveu a participação de todos os colaboradores, que responderam a um questionário sobre temas que consideravam importantes do ponto de vista da ética e da conduta na instituição. As contribuições foram avaliadas pela Comissão e, eventualmente, incorporadas ao documento. Todas as questões não consideradas pertinentes tiveram argumentos justificados para os colaboradores. Os temas que mais se destacaram, dentre todas as contribuições, foram: respeito, diversidade e relação com fornecedores. (GRI 102-17)

Em 2020, 100% dos membros dos órgãos de governança e dos colaboradores foram comunicados sobre políticas e procedimentos anticorrupção. Não foram realizadas capacitações sobre o Código de Ética no período.

Iniciativas externas reforçam compromisso

Ao se tornar signatária do **Pacto Global**, desde 2018, a Agência das Bacias PCJ reforça seu compromisso com a ética nos relacionamentos e com a transparência em sua atuação. Ao assinar o Pacto, as organizações assumem também a responsabilidade pelo alcance dos ODS, que são o principal pilar da Agenda 2030, aprovada por consenso pelos 193 países membros das Nações Unidas em 2015.

Após dois anos de atividades, em 2020, a Agência das Bacias PCJ iniciou os preparativos para sua primeira prestação de contas, que será feito de forma digital, com o preenchimento de formulários e disponibilização de relatórios, o que deve ocorrer em 2021.

PACTO GLOBAL

Iniciativa lançada em 2000, pelo ex-secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial mundial, em suas práticas de negócios, para a adoção de valores fundamentais e internacionais aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Materiais



A3P



PACTO GLOBAL



ODS



“A adesão a compromissos externos como a A3P demonstra a preocupação da Agência das Bacias PCJ em adotar e implementar práticas de sustentabilidade, visando à eficiência na atividade pública, ao mesmo tempo que se promove a preservação do meio ambiente. Considerando que essa adesão é voluntária, entende-se que a iniciativa da Agência das Bacias PCJ em aderir ao Programa A3P a coloca como uma instituição preocupada em criar internamente uma cultura institucional de sustentabilidade. Além disso, demonstra seu interesse na incorporação de práticas sustentáveis, na economia de recursos naturais e financeiros.”



Cartilha apoiou o engajamento dos colaboradores com orientações sobre as ações de sustentabilidade, mesmo durante o trabalho remoto.



Projeto ED Digital concluiu a implantação do Sistema de Gestão de Informações Documentais.

Equipe A3P,
Ministério do Meio Ambiente

Práticas sustentáveis na rotina

Ao aderir à A3P, a Agência das Bacias PCJ assume o compromisso com um modelo de gestão pública orientado para a minimização dos impactos socioambientais gerados durante o trabalho. Isso implica uma nova maneira de pensar e agir relacionada ao uso de materiais (em quantidade e tipo) em seus processos diários, a fim de reduzir o grau de dependência dos recursos naturais.

Várias iniciativas capitaneadas por uma Comissão de Acompanhamento e um Comitê Operacional envolvem o colaboradores estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades. O objetivo é gerar economia de recursos naturais e eficiência de gastos institucionais mediante o uso racional dos bens públicos, gestão adequada de resíduos e aquisições de bens e materiais de consumo segundo critérios específicos (veja mais em **Critérios socioambientais de contratação**). (GRI 103-2, 301-Materiais)

Gestão eletrônica de documentos

Em 2018, como meta do contrato de gestão firmado com a ANA a ser cumprida pela Agência das Bacias PCJ, teve início o Projeto ED Digital – Papel Zero. A operacionalização e a manutenção da iniciativa culminaram com os trabalhos desenvolvidos no Programa A3P, visando o desenvolvimento de boas práticas relacionadas às questões socioambientais. O projeto contempla a adoção de metodologia de gestão eletrônica de documentos, certificação digital e uma parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Após a renovação do parque de computadores concluída, foram adquiridos scanners específicos para a digitalização de documentos das áreas administrativa e financeira. Por fim, houve a implementação do Sistema de Gestão de Informações Documentais Próton e a capacitação de pontos focais para repasse dos procedimentos aos colaboradores. O sistema deve ser definitivamente implantado na Agência das Bacias PCJ em 2021.

ED Digital – Papel Zero:

saiba mais aqui



Conscientização em casa

Para adaptar algumas das ações propostas pela A3P PCJ à nova realidade de trabalho em *home office*, em razão do isolamento exigido pela Covid-19, algumas iniciativas foram reestruturadas.

A elaboração de uma cartilha foi uma das formas encontradas para manter o engajamento dos colaboradores, com orientações sobre as ações de sustentabilidade, mesmo no trabalho remoto. O documento abordou temáticas relacionadas ao uso consciente dos recursos naturais em casa, como energia elétrica e o desperdício de água. Também foram promovidas campanhas sobre separação de resíduos nas residências, usando os mesmos critérios aplicados na sede da Agência das Bacias PCJ para segregação de itens específicos, como materiais de escritório, buchas, lacres, tampas, pilhas e baterias.

Veja em detalhes todas as frentes de ação relacionadas à implantação da A3P na Agência das Bacias PCJ



Nova sede

Reforçando o compromisso com as práticas sustentáveis, a Agência das Bacias PCJ investe na construção de uma sede própria. O projeto, cujo cronograma sofreu atrasos em 2020 por causa das restrições de atividades em função da pandemia, observa critérios socioambientais e de acessibilidade. A nova sede será instalada no Parque Tecnológico de Piracicaba, no bairro Santa Rosa, em um terreno de 3,9 mil metros quadrados, doado pela Prefeitura de Piracicaba, por meio de um Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Vereadores em 2019.

Os investimentos de R\$ 5 milhões são provenientes de recursos próprios e compõem o Fundo Patrimonial da Agência das Bacias PCJ, oriundos do superávit anual da Cobrança PCJ Paulista.

Água, efluentes e resíduos



A3P



PACTO GLOBAL



ODS



Entre os 10 municípios de grande porte mais bem posicionados em ranking da ABES, cinco estão nas Bacias PCJ.



Concluído o Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, que irá monitorar 151 poços.

“A evolução das melhorias sanitárias e ambientais nas Bacias PCJ, sem dúvida, é um caso exemplar de sucesso, que inspira outras bacias hidrográficas no País e até no exterior. Os números apresentados na última atualização do Plano de Bacias revelam importantes avanços, obtidos à custa de muito trabalho e de décadas de uma gestão séria e contínua, que conseguiu integrar múltiplos atores e manter o foco em metas objetivas de sustentabilidade, mesmo com inúmeras dificuldades, mudanças e crises econômicas, hídricas e políticas pelo caminho.”

Luiz Eduardo Grisotto,

Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES)

Acesso à água e saneamento como prioridades

O acesso à água potável é um direito, reconhecido pela ONU, essencial para a vida humana. Quando se fala de recuperação da qualidade e racionalização do uso de recursos hídricos nas Bacias PCJ, a prioridade é o saneamento. Investimentos nesta frente de atuação envolvem grande parte das ações do Plano das Bacias PCJ, com importante contribuição com o meio ambiente e a saúde pública.

Segundo o Relatório Síntese do Plano de Bacia 2020 a 2035, publicado em 2020, 94% da população total e 98% da população urbana dos municípios das Bacias PCJ têm abastecimento de água. O índice médio de coleta de esgoto é de 90% e, deste volume, 83% são tratados. Esses índices constituem diferenciais desse território em comparação com outras regiões do País. Segundo informações da plataforma **Atlas Esgotos**, no Brasil, 43% da população possui esgoto coletado e tratado e 27% não possuem nem coleta, nem tratamento de esgoto.

Esforços e investimentos em saneamento, ainda segundo o Relatório Síntese do Plano de Bacia, resultaram em um conjunto de 146 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) ativas, número considerado expressivo, além de outras 23 estações em projeto.

No caso dos resíduos sólidos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), todos os municípios das Bacias PCJ contam com bons sistemas de coleta, sendo que 100% da população urbana tem situação adequada no que se refere à disposição dos resíduos. O Índice de Qualidade de Resíduos (IQR), calculado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), confirma esse cenário, mostrando valores elevados no índice de destinação do lixo, de maneira geral, com algumas exceções.

(GRI 103-1, 103-2, 303-Água, 306-Efluentes e resíduos)

Indicadores de saneamento

Os indicadores de saneamento nos municípios das Bacias PCJ registraram importantes avanços, contribuindo para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos oferecidos à população do território.



Atendimento com água e perdas hídricas na distribuição
90% de oferta urbana de água tratada na maioria dos municípios



Coleta de esgoto
92% é o índice médio de coleta de esgoto doméstico, considerando-se a proporção da população atendida



Tratamento de esgoto
77% é índice médio de tratamento de esgoto, considerando-se a proporção da população residente nas bacias e atendida com o tratamento

Data base: 2019
Fonte: Revista Gestão das Bacias PCJ 2020

Saiba mais:
Dados por município



Ranking da ABES reflete boas condições de saneamento

A 4ª edição do Ranking Abes de Universalização do Saneamento, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, publicada em junho de 2020, reflete as boas condições de saneamento nas Bacias PCJ. O estudo analisou a situação de 1.857 municípios brasileiros a partir de indicadores de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação adequada de resíduos sólidos, dados de saúde (internações) e existência de planos municipais de saneamento. Os resultados mostraram que, entre os 10 municípios de grande porte (mais de 100 mil habitantes) mais bem posicionados no ranking, cinco estão nas Bacias PCJ: Rio Claro, Piracicaba, Hortolândia, Paulínia e Salto.

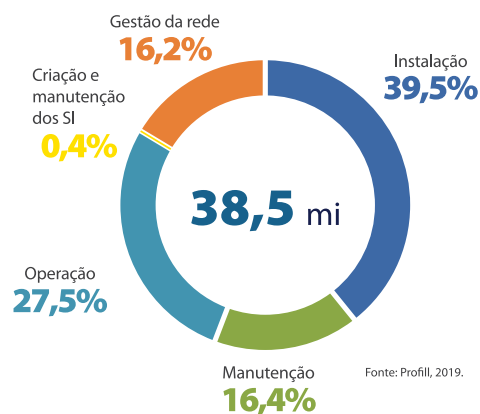
Rede de Monitoramento de Águas Subterrâneas

Uma vez consolidadas as ações para monitoramento de quantidade de águas superficiais, foi concluído, em 2020 o Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, que irá monitorar 151 poços. Importante instrumento para o planejamento e a gestão dos recursos hídricos, o monitoramento de águas subterrâneas subsidia ações de preservação com o fornecimento de informações sobre qualidade e disponibilidade de água. As iniciativas nessa frente são fundamentais, principalmente em locais com restrição de disponibilidade ou de grande pressão sobre os recursos hídricos superficiais decorrentes da

alta concentração populacional e de atividades econômicas.

A arquitetura proposta para esse monitoramento considera a utilização de poços existentes e a implantação de poços de dedicação exclusiva, para monitoramento dos lençóis freáticos e dos aquíferos profundos.

É estimada a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 38,5 milhões para implementação, manutenção e operação da totalidade dos poços em um horizonte de 15 anos. Também é estimado o valor anual de R\$ 2,4 milhões para a sequência de operação e manutenção dos poços.



Desafios do saneamento

Os esforços investidos nas Bacias PCJ têm resultado numa perceptível melhoria ambiental e nos rios e córregos de muitos municípios. No entanto, ainda há desafios relacionados, entre outros, à recuperação ambiental, à despoluição dos rios e enquadramento dos corpos d'água e à redução das perdas.

São iniciativas que requerem um esforço coordenado de planejadores e gestores e investimentos continuados para o seu enfrentamento e que, em grande parte, passam pela compreensão de ao menos três aspectos fundamentais e integrados: os padrões de ocupação e gestão do território; as condições socioeconômicas e de desenvolvimento dos municípios da região; a implantação e o investimento contínuo na melhoria da infraestrutura sanitária.

Biodiversidade

A3P



PACTO GLOBAL



ODS



“A Agência das Bacias PCJ analisa os programas e projetos para garantir a sua realização. E o fato de os Comitês PCJ terem escolhido trabalhar questões socioambientais é um grande marco. A Agência das Bacias PCJ trouxe a questão das soluções baseadas em natureza, que é o que há de mais moderno quando se fala em gestão de recursos hídricos. E isso é mais um traço de pioneirismo que coloca a instituição na frente, fazendo acontecer, envolvendo a sociedade, e buscando um equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental.”

Mário Mantovani,
 Diretor da Fundação SOS Mata Atlântica.

Diagnóstico ambiental concluído em mais de 5 mil ha em um total de 8 mil planejados e PSA em mais de 500 ha, envolvendo 60 propriedades em áreas prioritárias de mananciais de interesse para o abastecimento público – 13 iniciativas no Banco de Projetos PCJ.



Mais de 1000 ha de áreas com passivo ambiental de restauração, cadastrados via Banco de Áreas PCJ.



Conservação e proteção de mananciais

Ao investir na melhoria da infraestrutura natural, utilizando-se de **soluções baseadas na natureza*** para a recuperação, conservação e a proteção de mananciais, a Agência das Bacias PCJ contribui para a melhoria da disponibilidade e da qualidade de água dos mananciais de abastecimento público das Bacias PCJ.

Orientadas por dois principais instrumentos – A Política de Mananciais PCJ e o Plano Diretor para Recomposição Florestal (PDRF-PCJ) – as ações voltadas à melhoria da resiliência dos mananciais abrangem iniciativas de diagnóstico ambiental, restauração e preservação de fragmentos de vegetação, de maneira complementar ao manejo e conservação de solos e ao saneamento rural, com foco no diagnóstico integral da paisagem para adequação ambiental de áreas degradadas. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) também representa uma categoria de ação desenvolvida e voltada à adequação ambiental em propriedades rurais. (GRI 103-1, 103-2, 304-Biodiversidade)

*Infraestrutura natural, de maneira complementar à chamada infraestrutura cinza (relacionada a obras de engenharia civil).

PROGRAMAS TEMÁTICOS DA POLÍTICA DE MANANCIAIS PCJ



PROGRAMA I

Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse: programa estruturante que visa à adequação ambiental de propriedades rurais.



PROGRAMA II

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): programa estruturante que visa ao incentivo econômico a proprietários geradores de serviços ambientais.



PROGRAMA III

Áreas Sujeitas à Restrição de Uso com vistas à Proteção dos Recursos Hídricos: programa estratégico que apoia as áreas protegidas e a integração de dados relacionados, no que tange à interface das mesmas com os mananciais.



PROGRAMA IV

Proteção dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado: programa estratégico de apoio a ações relacionadas à proteção dos biomas ocorrentes no território das Bacias PCJ.

Plano Diretor para Recomposição Florestal



Áreas de demanda florestal (conservação de solos, reflorestamento, preservação de fragmentos);



Tratativas específicas inerentes às áreas urbanas e periurbanas (transição);



Escalas de trabalho - macro (Bacias PCJ), meso (sub-bacias) e micro (microbacias - municipal);



Ferramenta para identificação de áreas visando à recomposição florestal na escala municipal – Manual e kit cartográfico;



Componente do Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e interface com a Política de Mananciais PCJ.

Disponibilização de áreas e projetos

As áreas e projetos disponibilizados para intervenções de restauração ecológica e adequação ambiental estão cadastrados em duas ferramentas públicas: Banco de Áreas PCJ e Banco de Projetos PCJ.

Banco de Áreas

Cadastro de áreas disponíveis em propriedades rurais, localizadas nas Bacias PCJ, visando à restauração ecológica. A área disponível, uma vez cadastrada, irá compor um conjunto de áreas aptas a serem adotadas por interessados como medida compensatória para cumprimento de obrigação ambiental ou como ação voluntária de responsabilidade social.

Banco de Projetos

Cadastro de projetos elaborados no âmbito da Política de Mananciais PCJ, disponíveis para a execução das intervenções previstas, com objetivo de adequação ambiental e transparência. Os projetos são cadastrados pela Agência das Bacias PCJ e poderão ser financiados por instituições interessadas em investir em restauração e outras intervenções voltadas à adequação ambiental necessária.

SAIBA MAIS



Projetos de adequação ambiental realizados por município

(GRI 304-3)

Programa	Edital	Municípios	Valor (R\$)	Microbacias abrangidas	Nº de propriedades abrangidas	Área (ha)	Situação
I	Piloto	Holambra	432.508,08	10 microbacias com foco no Borda da Mata	105	2000	Concluído (2017)
I	2019	Salto ¹	17.823,14	Ribeirão Pinhal	1	317	Concluído (2019)
I	2019	Jaguariúna ²	275.638,60	Rio Camanducaia	21	962	Em execução (2020-2021)
I	2019	Charqueada	370.848,00	Córrego Tijuco Preto	48	1522	Não iniciado
I	2018	Artur Nogueira	226.228,00	Córrego Sertório	45	661	Não iniciado
I	Piloto	Analândia	183.560,94	Córrego Cavalheiro	18	1670	Concluído (2019)
I	Piloto	Charqueada São Pedro	374.444,36	Córregos Boa Vista e Água Branca	29	2170	Concluído (2019)
I	Piloto	Limeira	599.600,00	Córrego Tabajara	115	1320	Em execução
Total		9	2.187.189,38	9	382	10622	

Data base: novembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

¹Salto – O PIP foi executado pela equipe da Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ.

²Jaguariúna – Até o fechamento do relatório, os PIPs que estavam em execução pela equipe da Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ estavam paralisados por conta da pandemia da Covid-19.

Ambos os valores informados são estimativas, caso fossem licitados. Os valores não foram computados nos totais apresentados. Para os demais municípios os PIPs foram licitados e acompanhados pela Agência das Bacias PCJ.

Restauração em áreas prioritárias

O quadro a seguir apresenta dados quantitativos de passivo ambiental existentes e diagnosticados nos projetos de adequação ambiental (Programa I) que representam a demanda por restauração. As intervenções de restauração serão, ou estão sendo feitas, por meio de parcerias com outras entidades e com o acompanhamento das respectivas Unidades Gestoras dos projetos locais (UGPs) e pela equipe da assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ. A ferramenta pela qual a equipe gerencia todas as demandas é o Banco de Áreas PCJ.

A restauração proposta é baseada na legislação vigente e é executada com base nos PIPs elaborados pela Agência das Bacias PCJ, por meio de

contratações via processos licitatórios ou execução direta pela equipe da Assessoria Ambiental. A responsabilidade pela execução das intervenções requeridas (isolamento dos fatores de degradação – cercamento, preparação, plantio, manutenção e monitoramento) é de entidades parceiras, ou instituições adotantes via Banco de Áreas PCJ, podendo ser complementados com recursos da Cobrança pelo uso dos recursos hídricos arrecadados nas Bacias PCJ (Cobranças PCJ), conforme disponibilidade. A equipe técnica da Assessoria Ambiental da Agência das Bacias PCJ é responsável pelo gerenciamento e reclamações via Banco de Áreas PCJ e demais parcerias.

Programa	Editais	Municípios	Área de restauração (ha)	Microbacias abrangidas	Situação da restauração
I	2019	Salto	9	Ribeirão Pinhal	Não iniciado
I	Piloto	Análândia	80	Córrego Cavalheiro	Em execução (2019-2020)
I	Piloto	Charqueada São Pedro	200	Córregos Boa Vista e Água Branca	Não iniciado
Total		4	288	4	

Data base: novembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

Passivos Ambientais Gerais – Banco de Áreas PCJ			
Área disponível (ha)	Área em execução (ha)	Área concluída (ha)	Área total (ha)
851	158	65	1074

Data Base: dezembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

Investimentos em Programas de PSA - Pagamento por Serviços Ambientais

No quadro a seguir são apresentados alguns dados dos Projetos de PSA (Programa II) selecionados nos Editais da Política de Mananciais PCJ. As ações do Programa II serão executadas por meio de contratos de transferência de recursos da Cobrança PCJ Federal, assinados entre o Operador Caixa Econômica Federal (CAIXA) e os municípios citados a seguir, com acompanhamento e gestão pela Agência das Bacias PCJ. Os contratos foram assinados em agosto do ano vigente e os desembolsos passarão a ocorrer pelos próximos dois anos, a contar da data de assinatura e conforme os cronogramas específicos de cada um dos projetos.

Os contratos encontram-se na fase de licitação dos serviços pelos tomadores de recursos, incluindo ainda tratativas de alguns municípios com proprietários para o recebimento do incentivo econômico. A inclusão da temática da “Política de Mananciais PCJ” no contrato de prestação de serviços firmado entre a Agência das Bacias PCJ e a CAIXA, com aderência ao PDC 4 – Proteção dos Corpos D’água do Plano das Bacias PCJ é uma novidade e este é o seu primeiro ano de implementação neste formato.

Relação de passivos ambientais por municípios em projetos de PSA

Programa	Edital	Modalidade	Município	Valor (R\$)	Nº de propriedades abrangidas	Área (ha)
II	2019	Incentivo econômico	Piracaia	74.571,06	17	699
II	2019	Incentivo econômico + UCE – Unidade Coordenadora de execução (monitoramento)	Jundiá	229.014,25	16	336
II	2018	UCE – Unidade Coordenadora de execução (monitoramento)	Jaguaríuna	145.000,06	7	1064
II	2018	Reflorestamento	Piracicaba	915.146,50	10	297
II	2018	Incentivo econômico	Limeira	44.933,75	10	117
Total			5	1.408.665,62	60	2513

Data base: novembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

Recursos alavancados com parcerias

Vale destacar a importância das parceiras para o fomento de recursos financeiros visando à execução das intervenções propostas para a adequação ambiental de propriedades rurais, visando a proteção de mananciais. As tabelas apresentam a alavancagem de recursos de parceiros promovida durante a execução dos Projetos Nascentes Holambra e Nascentes Analândia:

Relação de investimentos dos parceiros no Projeto Nascentes Holambra

Parceiros	Valor investido (R\$ corrente)	Relação comparativa (R\$ investido)
Agência PCJ	R\$ 432.508,08	1
Fundação Banco do Brasil	R\$ 800.000,00	1,85
Agência Nacional de Águas	R\$ 2.000.000,00	4,62
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	R\$ 694.000,00	1,60
Total investimento	R\$ 3.926.508,08	

Base de dados da Assessoria Ambiental e informações sobre os recursos financeiros estimados, informados pelos parceiros, Agência das Bacias PCJ, 2019.

Relação de investimentos dos parceiros no Projeto Nascentes Analândia

Parceiros	Valor investido (R\$ corrente)	Relação comparativa (R\$ investido)
Agência PCJ	R\$ 680.739,63	1
Fundação SOS Mata Atlântica	R\$ 5.000.000,00	7,34
Total investimento	R\$ 5.680.739,63	

Base de dados da Assessoria Ambiental e informações sobre os recursos financeiros estimados, informados pelos parceiros, Agência das Bacias PCJ, 2019.

Os diagramas a seguir ilustram a relação dos investimentos realizados pelos parceiros, comparando o valor de investimento a cada R\$ 1,00 investido pela Agência das Bacias PCJ pelo valor alavancado com as parcerias nos dois projetos apresentados.

RELAÇÃO

COMPARATIVA DE INVESTIMENTOS NO PROJETO NASCENTES HOLAMBRA



R\$ 1,00

Agência das
Bacias PCJ



R\$ 1,60

Secretaria de
Agricultura e
Abastecimento



R\$ 1,85

Fundação Banco
do Brasil



R\$ 4,62

Agência Nacional
de Águas

Base de dados da Assessoria Ambiental e informações sobre os recursos financeiros estimados, informados pelos parceiros, Agência das Bacias PCJ, 2019.

RELAÇÃO

COMPARATIVA DE INVESTIMENTOS NO PROJETO NASCENTES ANALÂNDIA



R\$ 1,00

Agência das Bacias PCJ



R\$ 7,34

Fundação SOS Mata
Atlântica

Os gráficos mostram a relação entre o quanto foi alavancado de recursos externos pelos parceiros a cada real investido pela Agência das Bacias PCJ

Base de dados da Assessoria Ambiental e informações sobre os recursos financeiros estimados, informados pelos parceiros, Agência das Bacias PCJ, 2019.

Emprego, treinamento e educação



A3P



PACTO GLOBAL



ODS



59 colaboradores formavam o quadro funcional da Agência das Bacias PCJ em dezembro de 2020.



Instituição foi a segunda colocada no 11° Prêmio CIEE - Melhores Programas de Estágio.

“A Agência das Bacias PCJ oferece uma prática de estágio de excelência, tanto que foi reconhecida com o Prêmio do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Na pesquisa, ouvimos do próprio estudante como está o desenvolvimento dele, a aprendizagem e tudo o que o estágio pode proporcionar para que ele venha a se desenvolver dentro de uma área de estudo. E esse foi um diferencial da Agência das Bacias PCJ, na opinião dos estudantes. A instituição tem realmente um papel importante porque seu programa de estágio facilita o desenvolvimento desses alunos.”

Marisa Cury,
Supervisora do CIEE Piracicaba

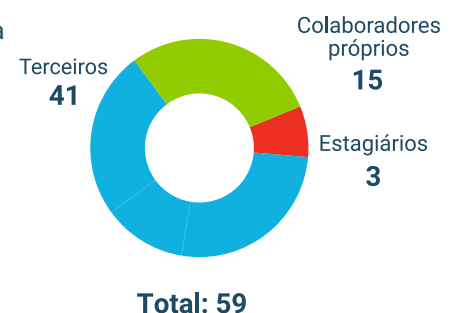
Gestão de pessoas orientada pela sustentabilidade

O engajamento para os temas da sustentabilidade é um grande direcionador da gestão de pessoas na Agência das Bacias PCJ, especialmente após a adesão da instituição à A3P. Campanhas de incentivo à qualidade de vida, com temas voltados à ergonomia e saúde, são uma constante, ao lado de uma agenda intensa de atualização de competências técnicas e comportamentais, que, em 2020, ganharam formato online, em função do distanciamento social requerido pela Covid-19. (GRI 103-2, 401-Emprego)

Quadro de colaboradores em 2020

Em dezembro de 2020, o quadro funcional da Agência das Bacias PCJ era formado por 59 pessoas. Destes, 41 eram terceiros, com vínculo empregatício em regime CLT em empresas prestadoras de serviço. A contratação de colaboradores próprios, com exceção das funções de confiança definidas no Regulamento Interno, é feita por concurso público. Todos os colaboradores próprios cumprem jornada de período integral. (GRI 102-8)

Colaboradores



Taxa de rotatividade

	Masculino	Feminino	Total
Colaboradores próprios com contrato por prazo permanente	8	7	15
Estagiários	2	1	3
Colaboradores com contrato por prazo determinado ou temporário (terceiros)	18	23	41

Data base: dezembro/2020
 Fonte: Agência das Bacias PCJ

Um dos melhores programas de estágio

A Agência das Bacias PCJ está entre as organizações do Brasil que colaboram efetivamente para a formação e treinamento de jovens profissionais. A instituição foi a segunda colocada no 11º Prêmio CIEE – Melhores Programas de Estágio, na categoria que englobou as organizações públicas estaduais e municipais, na faixa de 10 a 50 estagiários.

A iniciativa é do CIEE e teve como objetivo distinguir e reconhecer órgãos que colaboram para a real inserção no mercado de trabalho. Nesta edição, que teve 2019 como ano referência, mas cuja divulgação foi em

2020, participaram 711 organizações. Na ocasião, a Agência das Bacias PCJ contava com 10 estagiários.

A pesquisa consistiu em um questionário com 30 questões gerais e específicas, respondido por mais de 17 mil estagiários, que avaliaram os diversos aspectos dos programas de estágio dos quais participam. A pesquisa é uma parceria entre o CIEE, a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-SP), com suporte técnico e metodológico do instituto de pesquisa The Gallup Organization.

Terceiros, uma significativa força de trabalho

Parte representativa do trabalho da Agência das Bacias PCJ é executada por colaboradores de empresas prestadoras de serviço, contratados no regime de CLT. Eles ficam lotados nas dependências da Agência das Bacias PCJ. Em dezembro de 2020, eles representaram 69% da força de trabalho da instituição. Durante a maior parte do ano, os colaboradores trabalharam em sistema de home office, devido à pandemia da Covid-19.

As relações de trabalho são orientadas pela Política de Terceirização da Agência das Bacias PCJ, aprovada em 2019 e instituída em 2020. O documento traz aspectos legais relacionados à administração pública, propõe elementos que deixam mais claro o conteúdo de editais e permite a inserção de exigências mínimas para a contratação de fornecedores para projetos ou atividades específicas. Também sugere que terceiros que atuam na Agência das Bacias PCJ tenham acesso a um pacote de benefícios compatível com o oferecido aos colaboradores próprios.

Em 2020, as contratações das gerenciadoras passaram a ser realizadas com base nas especificações da Política de Terceirização da Agência das Bacias PCJ.

Rotatividade

No período de 2020, foram 8 contratações e 8 demissões, o que representa uma taxa de rotatividade de 13,6% conforme tabela a seguir. Em 2019, a taxa de rotatividade foi de 5%. (GRI 401-1)

Taxa de rotatividade 2020 ¹	Gênero	Contratações			Demissões		
		<30 anos	30-50 anos	>50 anos	<30 anos	30-50 anos	>50 anos
2020 contratações	Homens	2	4	0	3	1	0
	Mulheres	1	1	0	3	1	0
Totais por faixa etária		3	5	0	6	2	0
Totais por gênero	Homens	6			4		
	Mulheres	2			4		
Total de contratações e demissões		8			8		
Taxas de rotatividade 2020		13,6%					
Taxa de rotatividade 2019 ²	Gênero	Contratações			Demissões		
		<30 anos	30-50 anos	>50 anos	<30 anos	30-50 anos	>50 anos
2019 contratações	Homens	4	2	0	0	0	0
	Mulheres	3	5	1	2	1	0
Totais por faixa etária		7	7	1	2	1	0
Totais por gênero	Homens	6			0		
	Mulheres	9			3		
Total de contratações e demissões		15			3		
Taxas de rotatividade 2019		5,0%					

¹Data base: dezembro/2020

²Data base: dezembro/2019

Fonte: Agência das Bacias PCJ

Pacote de benefícios

Os colaboradores próprios da Agência das Bacias PCJ, que têm contrato em período integral, contam com os seguintes benefícios: seguro de vida, auxílio-creche (para mulheres, até que o filho complete 7 anos de idade), auxílio-alimentação, assistência médico-hospitalar e vale-transporte. (GRI 401-2)

Capacitação para uma gestão excelente

Para alcançar sua Visão de Futuro, por meio da excelência em gestão de projetos e do conhecimento tecnológico em recursos hídricos, a gestão de pessoas na Agência das Bacias PCJ dá especial atenção à promoção do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais dos colaboradores. Além dessas, a sensibilização dos colaboradores no início de cada atividade institucional também representa uma oportunidade de capacitação das equipes.

Em 2020, com a paralisação de cursos presenciais devido à pandemia da Covid-19, cada colaborador foi orientado a se dedicar a, no mínimo, dois cursos online, voltados à gestão de recursos hídricos. Somando as horas de participação em cursos e treinamento de todos os colaboradores (próprios, estagiários e terceiros) no período, foram 4.559 horas de capacitação, o que resulta em uma média de 77 horas de formação por colaborador. (GRI 103-2, 404-1)

Total e média de horas de capacitação por colaborador, por categoria funcional e gênero

Categoria	Gênero	Total de horas		Média de horas	
		2020	2019	2020	2019
Colaboradores próprios	Homens	430	561	54	70
	Mulheres	163	1.438	23	180
	Total	593	1.999	40	125
Terceirizados	Homens	1.650	703	92	54
	Mulheres	2.305	3.152	100	131
	Total	3.955	3.855	96	104
Estagiários	Homens	239	124	119	21
	Mulheres	195	116	195	23
	Total	434	240	145	22
TOTAL	Homens	2.319	1.389	83	51
	Mulheres	2.663	4.705	86	127
	Total	4.982	6.094	84	95

Data Base: dezembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

Avaliação de desempenho

Instrumento de gestão de pessoas implantado em 2019, a Avaliação de Desempenho é realizada por meio de questionários aplicados pelos gestores, com validação da Diretoria.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), que resulta da avaliação de cada colaborador, será realizado em 2021. A ferramenta é de extrema importância para promover a alta produtividade exigida para a atuação da Agência das Bacias PCJ e para o cumprimento de sua Missão e Visão de Futuro.

Qualidade de vida

A conscientização e o engajamento para o bem-estar e a qualidade de vida são itens fundamentais do Programa A3P, levando a Agência das Bacias PCJ a programar uma série de atividades para seus colaboradores. Em 2020, no entanto, as iniciativas tiveram outro formato, em função da Covid-19. Foram promovidas ações de motivação por meio de ferramentas de comunicação *online* e plataformas digitais, como aulas a distância de musculação em alusão ao “Novembro Azul” – campanha de prevenção ao câncer de próstata – e de movimentos para a saúde da mulher, durante a campanha “Outubro Rosa”, além de sessões de relaxamento quinzenais e dicas para trabalhar em *home office*.

Comunidades locais

A3P



PACTO GLOBAL



ODS



“A Agência das Bacias PCJ tem um papel estratégico para o planejamento de recursos hídricos e implementação das ações. Além de suporte técnico e administrativo aos Comitês PCJ, ela interage em tempo integral, por vários canais de comunicação, com todos os atores relevantes para a gestão. Essa dinâmica subsidia fortemente os debates e encaminhamentos nos Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e Plenários dos Comitês PCJ e, por outro lado, dá visibilidade e motiva continuamente a abertura de maior espaço para o tema recursos hídricos na agenda política.”

Rui Brasil,

Coordenador da Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi)



PCJ Virtual traz educação ambiental utilizando realidade virtual e jogos eletrônicos.



Ação em rede social aumenta o índice de engajamento em 584% em relação à média mensal.

Gestão participativa em recursos hídricos

O relacionamento da Agência das Bacias PCJ com seus diversos *stakeholders* é pautado no diálogo e na conduta ética. Os grupos de partes interessadas são formados por órgãos de Governo (estadual, municipal e federal), Ministério Público, órgãos de controle externo, sociedade civil, usuários de recursos hídricos, Comitês PCJ, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço, mídia, outros entes dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e demais parceiros.

As relações têm como principais objetivos o aprimoramento da gestão de recursos hídricos, a prestação de contas de forma transparente e a melhoria da qualidade de vida da sociedade. A identificação dos grupos de partes interessadas e o engajamento para os temas da instituição ocorrem em diversos fóruns e oportunidades. (GRI 102-40, 102-42, 102-43, 413-Comunidades locais)

COMITÊS PCJ

Modelo participativo e colaborativo de fórum, composto por órgãos e entidades governamentais, representantes dos municípios, usuários de recursos hídricos e organizações civis.

DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS

Ocorre nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a exemplo das Políticas de Mananciais, de Monitoramento Hidrológico, de Saúde Ambiental e de Educação Ambiental.

PLANO DE MÍDIA

Direciona a produção de materiais de campanha, com destaque para as mídias sociais.

COMITÊS PCJ

Subsídia a coleta de informações e opinião pública sobre determinados assuntos a exemplo das audiências promovidas para a revisão do Plano das Bacias PCJ.

Projeto de educação ambiental

Em dezembro de 2020, foi lançado o projeto de educação ambiental “PCJ Virtual”, que utiliza ferramentas de realidade virtual e jogos eletrônicos para disseminar conhecimentos. O projeto é uma iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ, com o apoio da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento – Sanasa Campinas.

Trata-se de um material educativo que atende à Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ e abrange conteúdo sobre as questões socioambientais e a

gestão dos recursos hídricos. Por meio do jogo “Tesouro das Águas”, o internauta pode navegar pelos rios das Bacias PCJ por um bote virtual, conhecer o território e se conscientizar sobre a proteção dos mananciais.

O material está disponível no site da Agência das Bacias PCJ e pode também ser utilizado por educadores. Além dos *links* para *download* do jogo e do vídeo do jogo, também estão disponíveis textos sobre os assuntos que podem ser abordados em sala de aula a partir do “Tesouro das Águas”.

SAIBA MAIS



Fórum Paulista de Comitês

Os Comitês PCJ participam de várias oportunidades de discussão de políticas públicas, como o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH). É uma instância colegiada formada por representantes do estado, dos municípios e da sociedade civil, indicados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas legalmente instituídos no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo – SIGRH.

O Fórum tem como objetivos principais discutir, formular e articular políticas públicas de gestão de recursos hídricos nos âmbitos estadual e nacional, visando ao fortalecimento dos comitês, e fomentar a troca de experiências entre os comitês. Veja mais sobre políticas públicas no **capítulo** específico sobre o tema.

SAIBA MAIS



Comunicação ativa nas redes sociais

O reforço da atuação institucional da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ tem no Plano de Mídia uma ferramenta importante. Plataformas virtuais como as redes sociais são cada vez mais utilizadas para a divulgação de informações e interação com os públicos: posts no Facebook e Instagram, veiculação de vídeos no Youtube, participação em webinários, entre outras frentes de ação.

O site da instituição também representa uma plataforma de

relacionamento, onde são divulgadas, entre outras, informações em atendimento à legislação, contemplando as atividades da Agência das Bacias PCJ relacionadas a exigências de órgãos reguladores. Em 2020, o site foi reformulado, adquirindo *layout* moderno, em linha com as evoluções tecnológicas e foco no público. O novo site é responsivo a diversos dispositivos e está ajustado às novas realidades da web, seja em acessibilidade, compatibilidade ou funcionalidade.

NAVEGUE EM



Engajamento comprova potencial participativo da comunidade

O mecanismo rede social é um importante aglutinador de interessados para modelos de gestão participativa como é o caso dos Comitês PCJ. Além de ser uma grande vitrine para divulgar os trabalhos e desenvolvimentos da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, as redes sociais permitem que membros da sociedade tenham uma primeira vivência de contexto participativo, que também é a essência da rede.

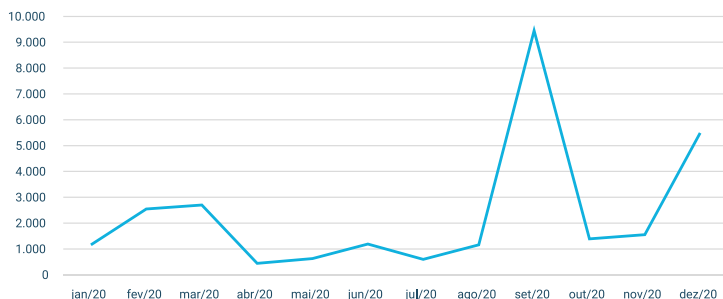
Inicialmente, por meio de ações de entretenimento, é possível instaurar no público a chamada “sensação de pertencimento”, como ocorreu em uma ação do mês da árvore, realizada em setembro de 2020 na fanpage da Agência das Bacias, com o apoio da Comissão da A3P. Na ocasião, seguidores foram estimulados a publicar fotos e ou vídeos com a #mesdaarvorepcj declarando suas árvores preferidas.

Com a atividade do Mês da Árvore, o índice de engajamento no Facebook apresentou um pico de 584% em relação à média mensal.

A expectativa da entidade com essa aproximação com a sociedade é de que os seguidores se sintam motivados a participar cada vez mais das iniciativas da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, por ora na página da rede social até se sentirem motivados a adentrar nas camadas administrativas. Tão logo serão reforço popular em grupos específicos entre outras frentes de trabalho participativas.

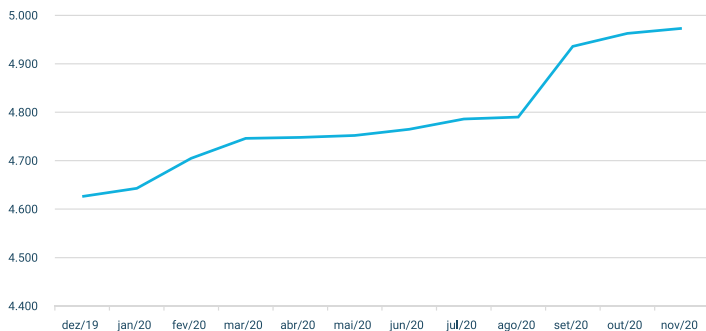
A ação também alavancou o número de curtidas da página, índice que se manteve alto nos meses subsequentes, aumentando indiretamente o alcance dos conteúdos técnicos. Passo a passo a entidade acredita que está conseguindo mais visibilidade com novos públicos, ampliando o reconhecimento da marca

Engajamento Facebook em 2020



Data Base: dezembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ

Curtidas da página



Data Base: dezembro de 2020. Fonte: Agência das Bacias PCJ



Políticas públicas

A3P



PACTO GLOBAL



ODS



“Considerando a diferenciação entre as funções das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água e das entidades responsáveis pela supervisão da proteção de saúde pública, entendo que, para além da gestão integrada dos recursos hídricos da sua abrangência territorial, a Agência das Bacias PCJ por meio da execução das iniciativas propostas pelos Comitês PCJ, como o Guia para Elaboração de Planos Municipais de Segurança da Água, corrobora com a necessidade de implementação dos respectivos planos pelos municípios, na área de sua jurisdição. Isso reforça a integridade dos mananciais e dos sistemas de abastecimento de forma suficientemente confiável e resiliente para fornecer água aos consumidores.”



Agência das Bacias PCJ tem papel fundamental na elaboração e na execução de políticas públicas, como braço executivo dos Comitês PCJ.



Apoio aos municípios com o lançamento do Guia Prático para o Desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água.

José Vieira,

Professor da Universidade do Minho, em Portugal, e Presidente-Eleito da *World Federation of Engineering Organizations (WFEO)*

Articulação para políticas públicas





Por constituir um instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos, a cobrança pelo uso de recursos hídricos é um exemplo no desenho de políticas públicas, implementada mediante decisão de um colegiado como o Comitê de Bacia Hidrográfica.

A dinâmica de funcionamento dos Comitês PCJ envolve a articulação de diversos atores das Bacias PCJ para reconhecimento dos problemas e conflitos no território e também para a discussão sobre políticas públicas voltadas à segurança hídrica.

Dessa forma, como braço executivo dos Comitês PCJ, a Agência das Bacias PCJ tem papel fundamental na elaboração e na execução de políticas públicas, contribuindo também para a sua eficácia.

A Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos e a legislação paulista sobre o tema tiveram participação de diversos representantes das Bacias PCJ, que, há décadas, se mobilizaram em discussões fundamentadas que foram relevantes na definição da Lei nº 9.433/97. (GRI 103-1, 415-1-Contribuições políticas)

Contribuições dos Comitês PCJ

 Política de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ	 Política de Mananciais PCJ	 Política de Saúde Ambiental	 Política de Educação Ambiental
<p>Aprovada em 2019, visa ao contínuo aprimoramento na aquisição e disponibilização de dados hidrológicos das Bacias PCJ e acompanha os usos de águas subterrâneas e superficiais neste território. Os dados são fundamentais para a tomada de decisões e planejamento da gestão dos recursos hídricos, sendo, portanto, de suma importância na gestão da outorga do Sistema Cantareira.</p>	<p>Elaborada durante o período de escassez hídrica em 2015, com dois principais objetivos: promover a conservação dos recursos hídricos e de mananciais de abastecimento e garantir regularidade e disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade, definindo critérios para a inclusão e priorização de programas e projetos que envolvam parcerias público-privadas, possibilitando a previsão e utilização de recursos financeiros.</p>	<p>Aprovada em 2018 pelos Comitês PCJ, trata da proteção, conservação e proteção dos recursos hídricos, com base nos aspectos relacionados à saúde pública. Contempla programas focados na segurança da água, minimização dos efeitos da degradação dos mananciais e incentivo a ações de identificação e prevenção de problemas de saúde pública relacionados à água e ao saneamento básico.</p>	<p>Aprovada e instituída pelos Comitês PCJ em 2015, é composta por programas, projetos e ações para incentivar processos de educação ambiental e processos educacionais, com foco em recursos hídricos, junto aos diversos <i>stakeholders</i>, com metas e indicadores de avaliação.</p>

Guia para Planos Municipais de Segurança da Água

Os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ lançaram em outubro de 2020 o Guia Prático para o Desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água. O documento fornece aos responsáveis pelos Sistemas de Abastecimento de Água, independentemente do seu porte, diretrizes gerais

para a elaboração, implantação, manutenção e verificação de um **Plano Municipal de Segurança da Água***. Seu objetivo é garantir que a água distribuída apresente padrões de qualidade uniformes e de acordo com as exigências da legislação vigente, sem riscos à saúde pública.

***O Plano Municipal de Segurança da Água** é o instrumento que identifica e prioriza perigos e riscos em um sistema de abastecimento de água, desde o manancial até o consumidor final, estabelece medidas de controle para reduzi-los ou eliminá-los, e assegura de forma consistente a segurança do abastecimento público.

Lançado em um webinar do qual participaram operadores dos sistemas de abastecimento de água, Agências Reguladoras de Saneamento, prefeituras, Vigilâncias em saúde, entre outros públicos, o guia busca atender às diretrizes da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ. Ele reúne subsídios para que os sistemas de abastecimento público operem em sintonia com as melhores práticas de gestão internacionais.

CONHEÇA O GUIA



SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI

Conteúdo Geral GRI Standard				
Indicador	Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
Perfil organizacional				
102-1	Nome da organização	Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ.		Não
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	O que fazemos		Não
102-3	Localização da sede	Em Piracicaba/SP, Rua Alfredo Guedes, 1949, Bairro Higienópolis – Edifício Racz Center - CEP 13 416 901 - Sala 604. Onde atuamos		Não
102-4	Localização das operações	Onde atuamos		Não
102-5	Propriedade e forma jurídica	É uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira próprias, instituída com a participação do Estado de São Paulo, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição. A Agência das Bacias PCJ		Não
102-6	Mercados atendidos	Onde atuamos		Não
102-7	Porte da organização	Onde atuamos		Não
102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	Quadro de colaboradores em 2020		Não
102-9	Cadeia de fornecedores	Gestão e contratação de fornecedores		Não
102-10	Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores	Novas resoluções da ANA que iniciaram em 2020: Resolução ANA nº 53, de 4 de dezembro de 2020; Resolução ANA nº 29, de 15 de junho de 2020; Resolução ANA nº 28, de 1º de junho de 2020; Resolução ANA nº 122, de 16 de dezembro de 2019 (passou a valer em 2020. Saiba mais em: www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/fortalecimento-dos-entes-do-singreh/agencias-de-agua/normativos-de-parcerias) Plano de Aplicação Plurianual Governança corporativa		Não
102-11	Princípio ou abordagem da precaução	A instituição não aplica o Princípio da Precaução.		Não
102-12	Iniciativas externas	Compromisso com iniciativas públicas		Não
102-13	Participação em associações	A Agência das Bacias PCJ é membro da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), que congrega pessoas físicas e jurídicas em ações para o avanço da gestão dos Recursos Hídricos, da pesquisa científica e do apoio ao ensino técnico e universitário.		Não

Conteúdo Geral GRI Standard				
Indicador	Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
Estratégia e análise				
102-14	Declaração do decisor mais graduado da organização	Mensagem da Presidência Mensagem dos Comitês PCJ		Não
Ética e Integridade				
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	Declarações corporativas Código de Ética Ética e integridade orientam as relações		Não
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	Ética e integridade orientam as relações		Não
Governança				
102-18	Estrutura de governança	Governança corporativa		Não
Engajamento de stakeholders				
102-40	Lista de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.	Gestão participativa em recursos hídricos		Não
102-42	Base para a identificação e seleção de partes interessadas para engajamento	Gestão participativa em recursos hídricos		Não
102-43	Abordagem para o engajamento das partes interessadas	Gestão participativa em recursos hídricos		Não
Práticas de relato				
102-45	Lista de entidades incluídas nas demonstrações financeiras	Indicadores financeiros		Não
102-46	Definição do conteúdo do relatório e limite dos tópicos	Materialidade Temas materiais		Não
102-47	Lista de tópicos materiais	Materialidade Temas materiais		Não
102-48	Reformulação de informações	Materialidade Temas materiais		Não

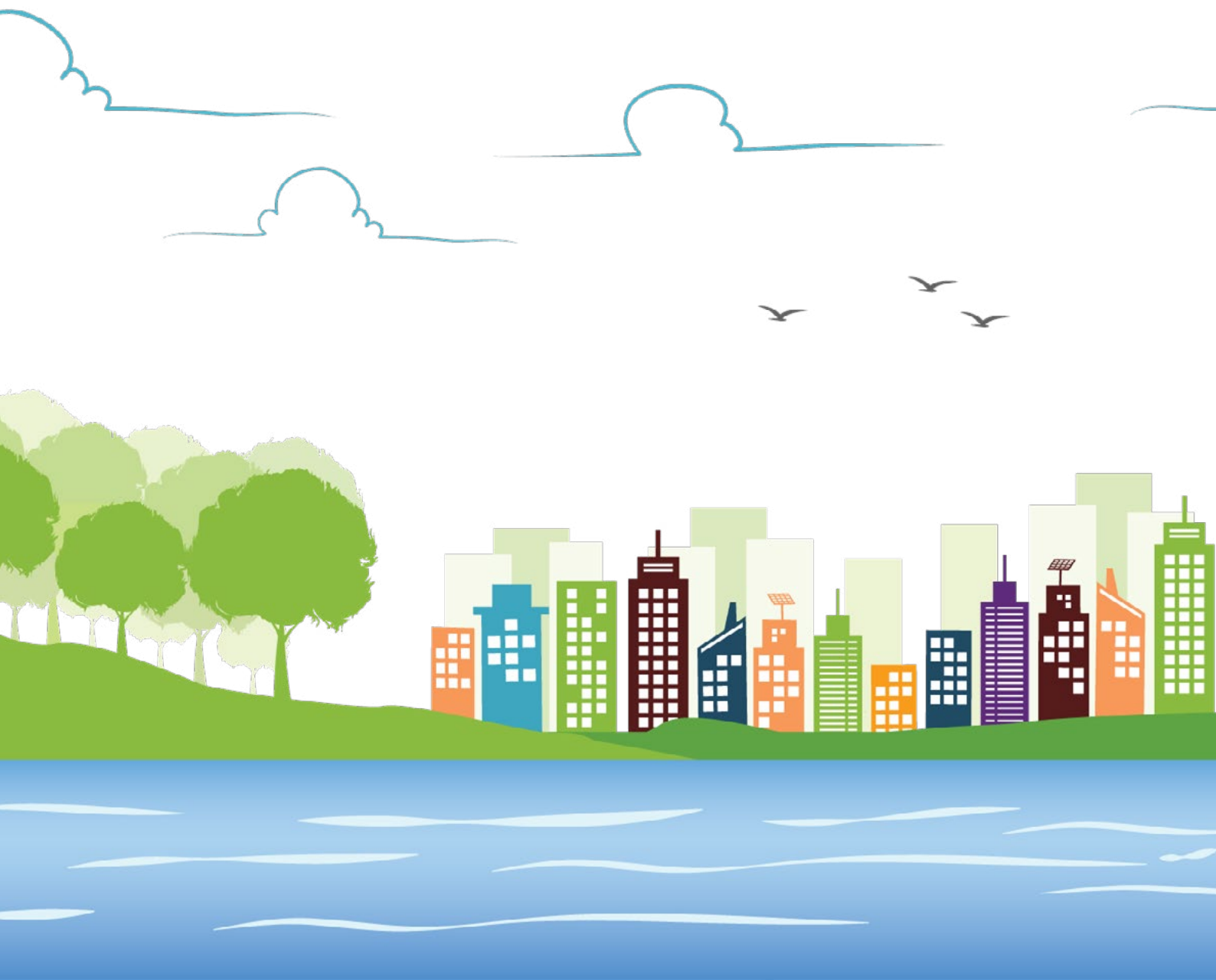
Conteúdo Geral GRI Standard				
Indicador	Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
102-49	Alterações em escopo e limites	Materialidade Temas materiais		Não
102-50	Período coberto pelo relatório	1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020		Não
102-51	Período do último relatório	Publicação em 2020, ano-base 2019		Não
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	Anual		Não
102-53	Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	Bióloga Kátia Rossi Gotardi Piccin Coordenadora de Gestão katia.gotardi@agencia.baciaspcj.org.br		Não
102-54	Declaração de elaboração do relatório de conformidade com Standards GRI	Este relatório é inspirado nas GRI Standards		Não
102-55	Sumário de conteúdo GRI	Sumário de conteúdo GRI		Não

Conteúdo específico GRI Standards				
Indicador	Aspecto / Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
SERIE 200 Econômica				
GRI201: Desempenho econômico 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Cobrança, um instrumento de gestão de recursos hídricos		
201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	Desempenho econômico desafiado em 2020 Indicadores financeiros		Não
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às mudanças climáticas	Mudanças climáticas e riscos financeiros		Não
GRI 203: Impactos econômicos indiretos 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Geração de valor para o território		
203-1	Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	Investimentos		Não

Conteúdo específico GRI Standards				
Indicador	Aspecto / Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
GRI 204: Práticas de compra 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Gestão e contratação de fornecedores		
204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	Gestão e contratação de fornecedores Critérios socioambientais de contratação		Não
GRI 205: Anticorrupção 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Ética e integridade orientam as relações		
205-2	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Ética e integridade orientam as relações		Não
SÉRIE 300 Ambiental				
GRI 301: Materiais 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Práticas sustentáveis na rotina		
GRI 303: Água 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Acesso à água e saneamento como prioridades		
GRI 304: Biodiversidade 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Conservação e proteção de mananciais		
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	Projetos de adequação ambiental realizados por município		Não
GRI 306: Efluentes e Resíduos 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Acesso à água e saneamento como prioridades		
GRI 308: Avaliação ambiental de fornecedores 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Critérios socioambientais de contratação		
308-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais	Critérios socioambientais de contratação		

Conteúdo específico GRI Standards				
Indicador	Aspecto / Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
SÉRIE 400: Social				
GRI 401: Emprego 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Gestão de pessoas orientada pela sustentabilidade		
401-1	Novas contratações de empregados e rotatividade de empregados	Rotatividade		Não
401-2	Benefícios para empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período	Pacote de benefícios		Não
GRI 404: Treinamento e educação 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Capacitação para uma gestão excelente		
404-1	Média de horas de treinamento por ano, por empregado	Capacitação para uma gestão excelente		Não
GRI 413: Comunidade local 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Gestão participativa em recursos hídricos		
GRI 414: Avaliação social de fornecedores 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Critérios socioambientais de contratação		
414-1	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	Critérios socioambientais de contratação		
GRI 415: Políticas públicas 103-1: Explicação do tópico material e seu limite 103-2 – Forma de gestão e seus componentes 103-3 – Avaliação da forma de gestão		Articulação para políticas públicas		

Conteúdo específico GRI Standards				
Indicador	Aspecto / Descrição	Texto correspondente/Resposta	Razão para omissão	Verificação externa
415-1	Contribuições políticas	<p>O Estatuto da Agência das Bacias PCJ, em seus artigos 3º, 27 e 32 e; a Lei 9.504/97, que regula as eleições, em seu artigo 24, inciso II e artigo 73 e seus incisos e parágrafos, veda a utilização de recursos ou de outros benefícios a partidos políticos ou candidatos, visando à igualdade entre os diferentes candidatos e partidos. A Lei Federal também elenca, no artigo 73, um rol de proibições aos agentes públicos relacionadas a contribuições políticas.</p> <p>Articulação para políticas públicas</p>		Não



Relatórios anteriores

 Relatório 2019

 Relatório 2018

www.agencia.baciaspcj.org.br